

Agrocombustíveis Industriais

Alimentam a Fome e a Pobreza

Cadernos da Via Campesina
Caderno No.1, Novembro de 2009



A Via Campesina
Secretariado Internacional (SOI) da Via Campesina
Coordenador geral : Henry Saragih
Morada: Jl. Mampang Prapatan XIV No. 5 Jakarta Selatan 12790
Jakarta – Indonésia.
Telefone:+62-21-7991890 Fax:+62-21-7993426
Email: viacampesina@viacampesina.org

Copy Free! Encorajamos a livre reprodução, circulação e troca dos documentos aqui apresentados – da mesma maneira que o fazemos para as sementes campesinas. Caso se utilize o material proveniente desta publicação, pedimos unicamente que se indique a fonte.

Agradecimientos

Queremos agradecer à equipa de tradutores e tradutoras, editores e editoras voluntários da Via Campesina, os quais tornam possível o trabalho da Via Campesina de trabalhar ao redor do mundo e de comunicar com a nossa vasta diversidade cultural e linguística.

Jakarta, Novembro 2009

¡Este documento existe también en español!
Ce document existe aussi en français!
This document exists also in English!

Introdução

O cultivo de plantas e árvores para a produção de combustível e substituir as reservas de petróleo é a brilhante idéia apresentada como uma solução para a crise dos combustíveis, bem como a promessa de melhorar a qualidade de vida dos pequenos e médios agricultores. Nas discussões sobre as alterações climáticas, os agrocombustíveis são apresentados como o alternativa “verde”. Após um grande aumento na produção de agrocombustíveis desde o ano de 2000, a euforia foi gradualmente desaparecendo. Para começar, a crise dos alimentos de 2007 foi iniciada, em parte, pela especulação no mercado de soja e milho por causa do interesse em agrocombustíveis. Posteriormente, vários estudos mostraram que o balanço energético da maioria dos agrocombustíveis é insignificante ou negativo e que o custo ambiental é enorme. Além disso, a qualidade de vida dos agricultores não melhorou em nada.

Em 2007, o movimento internacional de camponeses, Via Campesina, publicou um documento de posição intitulado: “Os pequenos Camponeses alimentam o planeta, os agrocombustíveis industriais geram fome e pobreza” - que você encontrará no final desta publicação. Desde então, o desenvolvimento dos agrocombustíveis trouxe maior impacto nas comunidades rurais, na maioria dos países do mundo.

Esta publicação apresenta uma compilação de artigos escritos pelos membros de base da Via Campesina ou seus aliados próximos, de Moçambique, Mali, Haiti, Brazil, Canada e Indonésia. Eles apresentam uma análise da produção de agrocombustíveis nos seus contextos nacional e local, sobre como isto afecta a vida e o trabalho de camponeses e trabalhadores agrícolas e como as organizações de camponeses se vão envolvendo neste debate. Os artigos foram escritos em diferentes contextos e com finalidades diferentes, mas todos eles refletem a importância deste debate entre todos os membros do movimento. Também incluímos um artigo de François Houtart sobre o "escândalo dos agrocombustíveis" para dar um quadro mais amplo de outras histórias locais.

O que esta série de artigos revela é uma situação generalizada de exploração, devastação e absurdo. Trabalhadores das plantações e pequenos agricultores – homens e mulheres – estão sendo explorados e por vezes vivendo na escravidão. Enquanto isso, assistimos a devastação do meio ambiente, saúde pública, das florestas e bosques, das reservas de água e somos testemunhas da transformação das comunidades locais em áreas de produção destas monoculturas. Tudo isso demonstra o absurdo das plantas que crescem para o combustível e mostra como os agrocombustíveis não podem resolver a atual crise energética de forma sustentável e justa.

Esta publicação pretende divulgar uma melhor compreensão das realidades e posições políticas das organizações membro da Via Campesina sobre este tema. É uma parte de nossa luta incansável contra as empresas transnacionais que maximizam seus lucros às custas da subsistência do povo, da terra e território. Esperamos que esses testemunhos sejam uma ferramenta útil em nossa luta por soberania alimentar e energética.

Henry Saragih
Coordenador-Geral - Via Campesina
Jacarta, novembro 2009

Índice de conteúdos

Agradecimentos	2
Introdução	3
Índice de conteúdos	4
1. Malí: Cultivo de Jatropha ganha terreno em detrimento das culturas alimentares	5
2. Moçambique: Produção de jatrofa ganha espaço no país.....	11
3. Brasil: O mito dos agrocombustíveis face à realidade social e ambiental.....	15
4. Haiti: Projecto de produção de agrocombustíveis, um projecto de morte para os camponeses de Haiti	20
5. Canadá: Etanol : A solução de 0,7 por cento.....	22
6. Indonésia: Trabalhando sob as palmas azeiteiras - os trabalhadores agrícolas e os pequenos agricultores nas plantações de palma de azeite	26
7. Posicionamiento da Vía Campesina: Os pequenos agricultores alimentam o planeta, os agrocombustíveis industriais geram fome e pobreza.....	32
8. O escândalo dos agrocombustíveis nos países do Sul	35

Malí

Cultivo de *jatropha* ganha terreno em detrimento das culturas alimentares



Canteiros de *pourghère*

O cultivo de plantas para a produção de agrocombustíveis começa a ganhar espaço no Mali, país da África Ocidental. Em 2007, a *Mali Biocarburant*, uma empresa maliana que recebeu, do governo Holandês, os chamados Créditos de Carbono, instalou a primeira fábrica de agrocombustíveis no país, na região de Koulikoro, a 75 km da capital Bamako. A *Mali Biocarburant* é a primeira empresa que usa o *jatropha curcas* para produzir de forma industrial o agrocombustível no Mali.

Desde esse ano, camponeses e camponesas daquela região estão a dedicar-se ao cultivo da *jatropha curcas*, também conhecida por *pourghère*, posteriormente vendida àquela firma. Com esta actividade, os camponeses e camponesas de Koulikoro dedicam menos tempo e terra ao cultivo de cereais para alimentação, por conta de uma cultura cujo processo de produção é controlado por uma empresa de acções maioritariamente estrangeiras.

O *pourghère* é uma das cerca de 170 espécies de *jatropha*, um género de árvores e arbustos da família das *euphorbiáceas*. O azeite usado para fabricar o combustível é extraído dos grãos do

pourghère, que ficam no interior dos frutos da planta.

Desde os anos 90, Mali experimenta a cultura familiar da *jatropha curcas*, para uso comunitário. Mas a partir de 2007, o Centro de Cooperação Internacional em Investigação Agronómica para o Desenvolvimento, CIRAD, iniciou em Mali um projecto de investigação do óleo do *pourghère*, com o objectivo de criar autonomia energética da estação de ecoturismo de TERIYA BUGU, usando geradores movidos a óleo de *jatropha*.

Hoje, o país pretende passar para a exploração do tipo industrial, numa primeira fase para o mercado nacional, mas posteriormente para exportação. Para o efeito, decidiu criar uma instituição especializada, a Agência Nacional de Desenvolvimento dos Biocombustíveis, ANADEB, visando promover a indústria dos agrocombustíveis e regular a comercialização.

De facto, Mali tem um território de 1.241.238 km quadrados, numa superfície cultivável estimada em 30 milhões de hectares. Actualmente o país exporta principalmente algodão, ouro e gado e importa produtos petrolíferos, materiais de construção, máquinas e produtos de alimentação. A tendência agrícola do Mali está virada para o investimento estrangeiro. A grande parte da terra é ocupada por pequenos camponeses, homens e mulheres.

Os créditos-carbono contribuem na instalação da *Mali Biocarburant*

Para implantar a fábrica, a *Mali Biocarburant* beneficiou-se dos créditos-carbono dos Governos dos Países-Baixos e da Suíça. A União dos produtores de *pourghère*, também se beneficiou de cerca de 30 milhões de Francos CFA (65.000 USD) dos créditos-carbono para a compra dos grãos de *pourghère* e o pagamento dos salários. Parte do dinheiro foi usado para o funcionamento dos escritórios da União.¹

A comercialização de créditos-carbono, que representam cerca de 130.000 milhões de dólares², está baseada na ideia de que a melhor maneira de controlar a mudança climática era de converter a emissão do dióxido de carbono (CO₂), em uma comodidade negociável no mercado internacional.

Um crédito-carbono é equivalente à emissão de uma tonelada de dióxido de carbono. Ele permite ao seu titular emitir mais gases de efeito de estufa - em relação à taxa em vigor, definida pelo Protocolo de Quioto. Os créditos-carbono são concedidos aos Estados ou empresas envolvidas na redução das emissões de gases com efeito de estufa.

A atribuição destes fundos é baseada em vários mecanismos. Um deles centra-se na colaboração entre países industrializados e os em via de desenvolvimento; isto apoia-se no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), que determina a concessão de “créditos-carbono” ao financiamento de um projecto de redução de emissões de gases em países em desenvolvimento.

Desta forma, *Mali Biocarburant* recebeu o financiamento na base da ideia de que os agrocombustíveis reduzem as emissões de CO₂ na atmosfera.

A sociedade *Mali Biocarburant* e o tropeço dos camponeses

A estratégia usada pela *Mali Biocarburant* ao implantar-se em Koulikoro foi de oferecer sementes aos camponeses para a primeira produção, apoiar a criação da União local de produtores do *pourghère* - e oferecer-lhe 20 % das acções - e garantir a compra de toda a produção após a colheita. Os camponeses desta região foram convencidos pelas vantagens desta actividade: iniciar o cultivo sem investir e vender toda a produção.

Nana Coulibaly³, uma sexagenária e esposa do chefe do povoado de “MAFEYA”, uma localidade situada a sete quilómetros Koulikoro, já não produz as mesmas quantidades de milho que até o ano passado produzia para alimentar sua alargada família. Desde 2008, a velha Coulibaly divide seu tempo e sua terra entre o plantio de comida e do *pourghère*.

Agora ela produz a cultura de *jatropha* num espaço de um hectare.

“Este ano obtive sete quilos de grãos e espero ter 50 no próximo ano” disse a velha, que ganhará com a venda de um quilo dos grãos do *pourghère* apenas 50 Francos CFA (0,10 USD).

Para fazer um salário mínimo maliano, fixado em 29 mil Francos CFA, a senhora Coulibaly deveria produzir por volta de 600 quilogramas de sementes de *pourghère* por mês - o que se mostra actualmente difícil.

Em Koulikoro a cultura de *jatropha* estende-se sobre uma superfície de 2112 hectares ao nível da União local de produtores e os campos de cultivo são geralmente entre 0,5 a dois hectares por camponês. A superfície cultivada no ano passado (2008) foi de 1300 hectares numa previsão de 1500; explica Madou Koné, director técnico da União.

“Para nós os Bambanas, as *crianças trabalham com os pais*. Assim, nós temos dois hectares que cultivamos para nosso pai. Como eu sou o presidente da União dos Produtores ao nível do nosso povoado, procurei mais um hectare que cultivo ao lado do espaço do meu pai”, disse Ndji Diarra, camponês de “MAFEYA”.

Para acelerar a produção, os camponeses envolvem toda a família, partilhado o trabalho entre a plantação e posteriormente a colheita.



Grãos de *pourghère*

Compra e venda

A *Mali Biocarburant* fornece aos camponeses as sementes do plantio inicial e a produção é vendida exclusivamente para esta companhia. Actualmente, a União dos produtores de *pourghère*, que é intermediária entre os camponeses e a empresa, paga 50 Francos CFA por um quilo de grãos.

A propósito dos critérios da determinação do preço da compra das sementes, Koreissi Touré⁴, Director da *Mali Biocarburant* disse à Via Campesina que “compramos a esse preço porque é isso que se paga no mercado. Mas se também pagarmos mais ficamos em prejuízo e os gastos de produção são altos”.



Frutos de Jatropha em Crescimento

A caída do preço desta cultura que se verificou, recentemente, no mercado internacional não afectou aos produtores malianos por estarem ainda na fase experimental da produção. A *Mali Biocarburant* acordou o preço com a União local dos produtores o preço.

Charlotte SAMA⁵ uma sindicalista do povoado de Kolongo, na região de Macina, está bem informada sobre o cultivo do *pourghère* por ter participado numa oficina de formação sobre energias renováveis, nos princípios de 2009, como representante da região de Ségou, na qual esta cultura foi largamente discutida.

“Comprendemos que nos tornamos escravos com a produção desta cultura porque não tendo os camponeses uma fábrica para a sua transformação, vem alguém de fora e compra a produção ao preço que lhe convém. Então, eu cheguei à conclusão de que eu posso gastar mais do que ganharia no futuro, após a primeira plantação dessa cultura, porque os seus rendimentos não são imediatos”, testemunhou a senhora SAMA.

Ibrahim KOULIBALY⁶, presidente da Coordenação Nacional das Organizações de Camponeses, CNOP de Mali, a maior organização camponesa no país, esclareceu que a posição oficial da sua organização

é contra o cultivo de plantas para produzir agrocombustíveis.

“Os camponeses estão desamparados pela crise alimentar. E como são na sua maioria analfabetos não percebem que estão a ser enganados pelos compradores da jatropha”, disse.

Segundo explicou o responsável pelo laboratório da *Mali Biocarburant*, com um hectare de *pourghère*, nos primeiros anos, o camponês pode ganhar com a venda entre 45 a 70 mil francos CFA (96 a 150 USD), valor que, na maior parte dos casos, tem que ser dividido entre muitos membros da família que trabalham a mesma terra: entre quatro a seis.

“Esse valor é pouco”, reconhece outro trabalhador da empresa que pediu o anonimato, *“mas entre isso e não ter dinheiro para comprar arroz, ainda que por alguns dias, os camponeses são obrigados a produzir. Por isso é que encorajamos o aumento da produção para aumentar também as receitas na venda dos grãos”*, disse.

Após o processamento do *pourghère*, o agrocombustível produzido é vendido aos grandes distribuidores de combustíveis, em Bamako, e vendido ao mesmo preço do combustível fóssil.

A ONG *Mali Folk center* e a empresa *Bangani SA* têm também o projecto de produzir agrocombustível a partir do *pourghère* no futuro. Neste momento, suas prioridades estão na produção do *pourghère* e não na sua transformação. Mas em alguns anos a *Mali Biocarburant* terá a seu lado sérios concorrentes.

Aumentar o cultivo do *pourghère* e comprometer a produção de comida

A produção actual dos camponeses de Koulikoro não satisfaz a necessidade, em quantidade de grãos, da *Mali Biocarburant*. A partir de 2010 espera estender o seu projecto e envolver mais camponeses da região.

“Queremos aumentar 1000 hectares mais de produção porque as quantidades actualmente produzidas não satisfazem as nossas necessidades”, revelou um trabalhador daquela empresa, que pediu anonimato.

A *Mali Biocarburant* é uma sociedade de diversos intervenientes. Participam o Instituto *Royal des Tropiques*, os *Fundos de “retraite”* (SPF), a empresa *Flower Machines*, a *Interagro* e a União Local das Sociedades Cooperativas dos Produtores de *Pourghère* em Koulikoro. O Ministério dos Assuntos Económicos dos Países Baixos, a través dos programas PSOM, subvencionou 60% dos investimentos⁷.

Aumentar do cultivo do *pourghère* e comprometer a produção de comida

A direcção da *Mali Biocarburant* vangloria-se pela existência daquela fábrica em Koulikoro pois afirma que os agrocombustíveis são amigos do meio ambiente, evitam a erosão e não emitir dióxido de carbono na atmosfera.

*A Mali Biocarburant fecha os olhos ao facto de os agrocombustíveis estarem a destruir florestas e ocupando terras para alimentos. Estudos científicos publicados recentemente na revista Science mostram que os agrocombustíveis são mais contaminadores que os combustíveis fósseis. Produzem mais gases provocadores do efeito de estufa no seu processo de produção*⁸.

A produção cada vez crescente do *pourghère* em Koulikoro ameaça, o cultivo de produtos para alimentação. Hoje, os camponeses ainda partilham seu tempo entre cultivar comida e *pourghère*, mas a procura da *jatropha curcas* para agrocombustíveis levará os camponeses a colocar mais esforços nos agrocombustíveis. Isto fará com que a produção camponesa de comida seja gradualmente eliminada no Mali. Os agricultores estão a tornar-se muito dependentes do mercado mundial. Se os preços dos alimentos aumentarem

acentuadamente, como aconteceu em 2007, eles não poderão mais pagar o preço que os alimentos vão custar. E com a queda dos preços do petróleo, os agricultores ficarão sem qualquer rendimento suficiente.

A situação agrava-se mais quando os camponeses entendem que a produção da *jatropha* é uma actividade positiva e se vêm na obrigação de produzir cada vez mais para responder à demanda da fábrica.

“O pourghère é uma árvore milagrosa e veio para salvar a África. Depois dos primeiros ensaios a União foi visitada por muitos estrangeiros entre os quais japoneses, espanhóis, franceses, americanos e alguns africanos. O objectivo deles é de adquirir a experiência de Koulikoro”, disse Isiaka Dembélé⁹, presidente da União dos Produtores de *Pourghère* de Koulikoro que revelou que sua organização tem um plano de promover, a nível nacional, a produção daquela cultura.

Aquele dirigente explicou que a sua organização apenas recusa o uso de produtos alimentares como a cana de açúcar para a produção de agrocombustíveis, mas não vê perigo em usar o *pourghère* por não ser uma planta alimentar. Aquele líder opinou com convicção que não vê nenhum problema em partilhar a terra entre comida e o *pourghère*, ignorando os problemas da fome e do uso inadequado da terra que Mali tem vindo a enfrentar.

Reagindo ao engajamento dos camponeses de Koulikoro, Charlotte SAMA opina que estes camponeses não vêm o risco de no futuro não terem comida para se alimentar.

“Cheguei à conclusão de que esta cultura não deve competir com a produção de arroz, porque não podemos viver de combustíveis se temos fome”, conclui.

Um caso semelhante deu-se em Burkina Faso onde camponeses abandonaram as culturas alimentares e se dedicaram à produção do gergelim (planta pedaliácea muito cultivada nalgumas regiões tropicais devido ao óleo que se extrai das suas sementes), para comercialização. Algum tempo depois os agricultores constataram que a produção do gergelim não forneceu resultados esperados e foram obrigados a retroceder.

“Mesmo tendo algum dinheiro, corremos o risco de não garantir a alimentação para a família. Se não prestarmos atenção, podemos passar pela mesma situação dos camponeses de Burkina Faso”, alerta Charlotte Sama.

Um empreendedor de Sikasso, a terceira região do Mali, Abu Woro Madou, para alimentar sua fábrica,

convenceu os camponeses da localidade para produzirem o *girassol*, uma outra cultura para para fabricar agrocombustíveis.

Após terem produzir grandes quantidades de *girassol* e *Pourghère*, os camponeses registaram uma perda da sua produção, pois Abu Madou não conseguiu pagar-lhes.

“Eu tinha que cultivar 3 hectares no ano passado, mas graças à propaganda de Abu que prometeu comprar toda a produção de girassol na região, eu cultivei 2 hectares de alimentos e mais um de girassol. A produção foi muita, mas até agora não fui pago. Lamento essa má fé. Nunca tive um défice alimentar como estou a ter agora. Não tinha o dinheiro da minha produção e estou com menos quantidade de comida”, explicou-nos Alamine Traoré, camponês de Sikasso.

Mali Biocarburant confiou à União dos camponeses a tarefa de convencer aos camponeses que ao plantar em suas terras o *pourghère* ganharão dinheiro. A contradição encontrada nesta prática é que, com o pouco dinheiro ganho com a venda da cultura, os camponeses de Koulikoro são obrigados a ir à capital, Bamako, para comprar produtos alimentares, parte dos quais a região tem capacidade local de produzir.

Embora no início o plantio o *pourghère* não seja entrave para a produção de outras culturas – uso de dois metros de distância entre os pés das plantas para o plantio de outros cereais (amendoim, sorgo, milho, etc) -, a longo prazo a árvore ramifica, cria sombra e dificulta o crescimento de cereais como o milho, que precisa de sol. Um especialista da organização SNV (Serviço Holandês de Desenvolvimento) no Mali, Dionkounda TRAORÉ, explicou que, com o tempo, o preço da venda da jatrofa vai aumentar e isso motivará ainda mais os camponeses a deixarem totalmente as outras culturas.

“Mas chegará um tempo em que as multinacionais quererão impor seu preço aos camponeses e aí eles não terão outra saída senão submeter-se a isso porque já será tarde para eles recuarem e voltarem a produzir outros cereais”, explicou.

Conflito de terra em Mali

Com uma população de 13 176 000 habitantes (dados de 2008), mais de 75% dos malianos dedicam-se à agricultura, um sector que contribui com cerca de 44% do Produto Interno Bruto. Devido à política agrícola do governo do Mali, com o interesse voltado para investimento estrangeiro, os camponeses do país começam a ter problemas de acesso à terra.

La Via Campesina-África

Recentemente, uma empresa líbia, denominada *Malibya*, arrendou do governo do Mali, 100 mil hectares de terra, na zona oeste de Macina, situada na quarta região de Mali – Segou, por 50 anos renováveis. A terra concedida estará destinada à produção agrícola para exportação.

Segundo uma fonte da Direcção do *Office du Niger*, uma estrutura que coordena a produção de Arroz em Koulingo, Macina, cerca de 150 famílias ficaram afectadas durante os trabalhos de planeamento dos 100 mil hectares. Daquele número, apenas 58 famílias serão compensadas.

Nas proximidades da zona vendida aos líbios, o grupo Alou TOMOTA, do empresário Maliano Alou TOMOTA, dispõe de 100 mil hectares de terra na mesma zona de Macina. Alguns camponeses e camponesas da zona foram expropriados de suas terras, em benefício daquele grupo, que se vai dedicar ao cultivo de agrocombustíveis.

Nouhoum SANOGO, gestor dos recursos naturais e activista pelos direitos dos habitantes rurais do Programa de Apoio aos Colectivos Territoriais, PACT, mostrou seu descontentamento em relação à ocupação de terras de camponeses locais para a produção, entre outras culturas, do *pourghère*. Para SANOGO a terra deve ser ocupada e utilizada pelos camponeses locais, pois a eles pertence.

“Não podemos permitir que os camponeses, legítimos donos da terra se tornem empregados de empresas nas suas próprias terras. Isso me preocupa muito”, indigna-se SANAGO.

Está a decorrer em Mali um trabalho preparatório para a exploração de um milhão de hectares em áreas actualmente produtoras de arroz, para o cultivo do *pourghère*, para agrocombustíveis.

De acordo com pesquisas feitas em Abril de 2009 pelo diário francês *Le Monde*¹⁰, os projectos de extensão agrícola do governo do Mali para a região do delta do Níger, prevêem a exploração de 360 mil hectares de terras, por estrangeiros, entre os quais líbios, chineses e americanos. Aos camponeses locais está dedicado apenas nove mil hectares.

“Alguns camponeses não conseguem medir as questões agrárias, mesmo em relação ao control da terra. Em torno dos agrocombustíveis eles acham que têm muita terra e podem dedica-la sem problemas ao cultivo de jatropha. Mas eles se enganam pois as coisas evoluem para uma direcção em que já não será fácil recuar”, explicam os responsáveis da CNOP.

Referências

- (1) Informação foi-nos concedida pelo presidente da União dos produtores do Pourghère de Koulikoro, organização que detem 20% das acções da empresa.
- (2) Segundo o jornal the New York Times, artigo publicado em http://seattletimes.nwsourc.com/html/nationworld/2004171188_ethanol08.html
- (3) Entrevista realizada no povoado de Mafeya, em Koulikoro, aos 02 de Julho de 2009.
- (4) Entrevistado nas instalações da empresa, a 02 de Junho 2009.
- (5) Entrevistada em sua residência, no povoado de Kolongo, região de Macina, a 04 de Julho de 2009.
- (6) Entrevistado no escritório, nas instalações da CNOP, Bamako.
- (7) Informação disponível na página web da empresa: <http://www.malibiocarburant.com>
- (8) Informação disponível em <http://ciencia.barrapunto.com/article.pl?sid=08/02/11/206242>
- (9) Entrevistado em seu gabinete, em Koulikoro, a 02 de Julho de 2009
- (10) LE MONDE | 15.04.09 | 15h28 • Mis à jour le 15.04.09 | 15h28

Moçambique

Produção de jatrofa ganha espaço no país



A crise de combustíveis a nível mundial tem aguçado a corrida pela produção de biocombustíveis um pouco por todo lado. A febre também escalou Moçambique e de há uns tempos para cá as autoridades têm desenvolvido esforços na produção desse género de combustível, daí começam a surgir projectos de plantio de culturas como cana sacarina, a jatrofa, entre outros.

A produção de agrocombustíveis está projectada para alcançar a cifra de 5,75% das necessidades de combustível na Europa até 2010 e 10% até 2020. Para se alcançar tais volumes de produção a Europa irá precisar de cerca de 70% das actuais terras agrícolas um cenário que, a acontecer, terá um impacto negativo na produção alimentar daquele continente. A alternativa para ultrapassar-

se este dilema será o recurso ao Sul, onde há poucos dados sobre conhecimentos a volta destas culturas.

Segundas informações que têm sido tornados público, a jatrofa é uma cultura que pode se desenvolver em terras marginais, argumento que as autoridades moçambicanas usam para justificar que essa cultura não entra em conflito com a produção alimentar, uma vez que é produzida em terras marginais. As mesmas autoridades acreditam que o cultivo de jatrofa poderá constituir uma mais valia para os camponeses, pois poderão vender a produção às indústrias para a produção de agrocombustíveis. Entretanto, alguns sectores da sociedade civil defendem que a produção da jatrofa fará com que se percam as

actuais terras aráveis de produção de alimentos e ocupará os camponeses, que já não dedicaram suficiente tempo ao cultivo de produtos alimentícios. Acredita-se que com o desenvolvimento da jatrofa muitos camponeses perderão suas terras à favor dos grandes interesses, um cenário que vai contribuir para o empobrecimento dos camponeses.

De acordo com um estudo realizado recentemente pela União Nacional dos Camponeses (UNAC) e Justiça Ambiental (JÁ) a produção massiva de jatrofa ainda carece de investigação mais aprofundada sobre o seu impacto sócio-económico nos camponeses. O estudo conclui que esse programa não garante uma comercialização sustentável e a alternativa ao fenómeno de mudanças climáticas que vai tornando a actividade agrícola muito instável e não vai reduzir a pobreza.

Um temor manifestado no referido estudo refere-se a destruição da floresta nativa que a produção massiva de jatrofa poderá implicar. 70 por cento de terra em Moçambique é constituída por floresta que vai sendo paulatinamente destruída para dar lugar a novas terras para a prática agrícola, um fenómeno que irá contribuir para o aumento do efeito de estufa, principal responsável das actuais mudanças climáticas que afectam o mundo.

O estudo citado refere que a jatrofa pode provocar doenças e mesmo com uso de pesticidas para reduzir esse problema, a planta acaba ficando saturada de químicos e os camponeses se virão na contingência de destruí-la.

Em Moçambique o debate à volta dos agrocombustíveis vem ganhando espaço com a expectativa da sua cultura poder ser uma mais valia para a atracção do investimento estrangeiro bem como a dependência do país pela importação de combustíveis para o consumo doméstico.

Até 2007 diversas multinacionais já haviam requerido cerca de 5 milhões de hectares de terra, cerca de um sétimo das terras consideradas aráveis, isto a ser adicionado a volta de 40 milhões de hectares de terra chamada marginal que oficialmente é considerada como sendo óptima para a cultura de agrocumbustíveis.

A campanha para a promoção da cultura da jatrofa levada a cabo pelas autoridades moçambicanas destaca acima de tudo as vantagens que os agrocombustíveis podem ter para o país bem como a relativa mais valia que se acredita venha a ter nos rendimentos dos camponeses. Entretanto, cada dia que passa aumenta o tom de questionamento a volta dessa cultura, sobretudo a partir da sociedade civil, onde se inclui a UNAC, no sentido de se fornecer mais informação e estudos mais

aprofundados sobre essa matéria, antes de se avançar às cegas para um programa que no futuro pode tornar-se desastroso para a vida dos camponeses, que poderão ver as suas expectativas de melhoria de vida ameaçadas. É que se teme que possa ocorrer a expropriação de terra hoje nas mãos dos camponeses e tal como é sabido, na generalidade possuem poucos conhecimentos não só sobre a própria Lei de Terra bem como sobre procedimentos que norteiam a sua atribuição, processo esse que na prática, conclui-se, não ser dos mais transparentes.

O estudo cita o caso do projecto *ProCana* a quem foi lhe atribuído 30 mil hectares para o cultivo de cana sacarina ao longo das margens do Rio Limpopo para a produção de etanol. A terra em causa no distrito do Chokwe, província de Gaza, não só é altamente fértil mas faz parte da que foi atribuída à comunidade que foi transferida do parque Transfronteiriço do Grande Limpopo. Logo que a população se apercebeu do facto, o conflito pela disputa dessa terra emergiu.

Segue o resumo executivo do estudo citado neste artigo.



Jatropha! Uma armadilha sócio-económica para Moçambique

Resumo

Em Moçambique, o debate sobre agrocombustíveis avançou firmemente nos últimos cinco anos, incentivado pela especulação e demanda industrial, grandes promessas e interesses estrangeiros.

Só em 2007, os investidores solicitaram o direito de uso de cerca de 5 milhões de hectares, em Moçambique, quase um sétimo da terra definida como "arável" no País, e estão fazendo pressão para que se criem condições favoráveis aos investidores em detrimento dos direitos civis dos moçambicanos. Um bom exemplo que torna isto claro foi o facto de o Banco Mundial ter financiado a Política Nacional e a Estratégia dos Bio-combustíveis que, propositadamente, bloqueia a participação da sociedade civil, traz menos

transparência e que apenas foram disponibilizadas ao público depois de finalizadas e aprovadas no Parlamento. Devido à falta de acesso à água em África e à grande extensão da sua suposta terra “marginal”, tem sido dada uma grande atenção à *jatropha* como uma potencial cultura de agrocombustível.

Porém, muitos questionam os alegados benefícios da *jatropha* e acreditam que a pressa para desenvolver a produção de *jatropha* em grande escala está condicionada pela má concepção e sub-estudo do processo, o que poderá contribuir para um negócio insustentável que não irá resolver os problemas climáticos, de segurança energética ou a pobreza. Neste sentido, o presente estudo avalia a produção de *jatropha* em Moçambique e as afirmações mais comuns feitas a favor da sua produção, com o objectivo de delinear as diferenças entre a retórica e a realidade.

Mito no 1:

A jatropha cresce bem em terra marginal e pode ter grande rendimento em solos pobres

Infelizmente, não existem casos na literatura ou em qualquer das comunidades, peritos industriais ou indivíduos entrevistados que mencione um único exemplo que prove a veracidade disto em Moçambique. Pelo contrário, quase toda a *jatropha* plantada em Moçambique foi em terras aráveis, com fertilizantes e pesticidas, e mesmo assim ficou aquém das alegadas taxas de crescimento e de produção.

Para além disso, um dos principais fatores que potencia o projecto de produção de *jatropha* em Moçambique é a existência de grandes extensões de “terra arável inutilizada e terra marginal”.

Não só muitos peritos acreditam que isto esteja grosseiramente sobre-estimado, a nível industrial, é preciso ter em conta que cerca de 70% do território moçambicano se encontra coberto de florestas e mato arborizado e a maioria dos projectos agrícolas de grande escala vai substituir a vegetação natural. Com a actual crise de mudanças climáticas, a perda de grandes retentores de carbono, como as florestas, deve ser levada a sério e os agrocombustíveis em Moçambique são uma ameaça na luta para a redução da emissão de carbono de cada País. Além disso, não são considerados os benefícios do ecossistema, tais como o facto de sustentar a hidrologia local, reabastecer/manter os nutrientes do solo e manter a biodiversidade; nem sequer a contribuição dos recursos para a subsistência, seja como proteína animal, fruta, lenha, e material de construção. A grande extensão deste ecossistema funcional é vital para cobrir as necessidades de subsistência das comunidades locais e a perda desta área para a agricultura de grande escala irá intensificar os impactos nestas comunidades.

Mito no 2:

A jatropha necessita de pouca água e manutenção mínima

Em Moçambique chegou-se à conclusão de que a irrigação durante a fase inicial de desenvolvimento é efectivamente necessária, mesmo em áreas onde a precipitação varia entre 800mm e 1400mm. Na região Sul do País, onde a precipitação mínima é cerca de 600mm, a irrigação constante foi muitas vezes necessária, e mesmo em áreas que recebiam cerca de 800mm de precipitação, ainda assim foi necessário proceder-se à irrigação das plantações. Em um dos distritos visitados notou-se já algumas preocupações em relação aos impactos de grandes quantidades de água utilizada, para irrigação, pela companhia agrícola de grande escala na área.

Mito no 3:

A jatropha é resistente a doenças e pestes

Este estudo revela haver grandes indícios que apontam para a vulnerabilidade da *jatropha* em relação a doenças e problemas de fungos, vírus e pragas de insectos. Nos casos em que as plantas se encontravam altamente infestadas, constatou-se uma paragem na produção de folhas e a sua estagnação por stress, o que deixou o agricultor sem outra opção a não ser a de remover a planta.

O uso intensivo de fertilizantes e pesticidas ainda não resolveu estes problemas. Ainda de maior preocupação em Moçambique é o número crescente de evidências trazidas tanto por agricultores de subsistência como por peritos na área, de que as pestes da *jatropha* contaminam as outras produções agrícolas alimentares em redor. São necessárias mais pesquisas para que se possa entender melhor a dimensão e os impactos para os agricultores de subsistência e para a soberania alimentar em geral, mas o actual défice alimentar, o fraco apoio e a falta de “redes de segurança” característica do sector de agricultura de subsistência torna sérios até os menores impactos.

Mito no 4:

A jatropha não apresenta nenhum risco para a segurança alimentar mas constitui antes uma oportunidade de desenvolvimento para os agricultores de subsistência

Em Moçambique a *jatropha* é plantada em substituição directa das plantações alimentares por parte dos agricultores de subsistência e dado que cerca de 87% dos moçambicanos são agricultores de subsistência e produzem 75% do que consomem, surge então uma grande preocupação quando se considera um plano que encoraja os agricultores de subsistência a cultivar grandes quantidades de *jatropha*. Esta preocupação torna-se ainda mais exacerbada devido ao facto de os agricultores de subsistência possuírem vínculos bastante fracos com os mercados e a sua falta de espaço de

armazenamento, a fraca comunicação e nível de informação tornam o benefício de plantações lucrativas bastante difícil.

Como elo mais fraco da cadeia de preços alimentar, quando os mercados agrícolas em Moçambique têm uma queda ou despençam, os riscos de preço são passados para os pequenos agricultores. Enquanto que os agricultores de subsistência são de certa forma resistentes a flutuações no preço dos alimentos, pois produzem uma grande percentagem do que consomem, com plantações não consumíveis como jatropha vai acontecer o contrário.

A Lei de Terras feita para proteger as comunidades locais foi manipulada pelo Governo através de decretos inconstitucionais, enfraquecendo os direitos das comunidades. Para além disso, a Lei reconhece a importância dos líderes comunitários locais para lidarem com os direitos da comunidade, bem como o seu papel na prevenção e resolução de conflitos a nível local, porém o

Governo e os investidores violam isto através de subornos aos líderes, ganhando o consentimento da comunidade sem sequer a ter consultado. Das poucas vezes que têm lugar, as consultas às comunidades acontecem normalmente de forma não transparente, tendenciosas e cheias de promessas que nunca chegam a ser cumpridas. Estes abusos são facilitados pela fraca informação e disseminação dos direitos da comunidade e também pela falta de documentos traduzidos para as línguas locais. Quando os abusos são descobertos, a resolução é quase sempre muito difícil, especialmente para as comunidades pois apresentam carência de recursos e de informação sobre os processos legais. Estes problemas têm tornado a tomada de grandes parcelas de terra às

comunidades uma realidade provável em Moçambique, na corrida para a produção de jatropha.

Conclusões e Recomendações

Este relatório conclui que os argumentos dominantes que defendem a jatropha como uma plantação de biocombustível segura que promove a segurança alimentar, uma fonte de receita adicional para agricultores rurais, e uma potencial propulsora do desenvolvimento rural foram, no mínimo, mal informados, e no máximo perigosos. Enquanto que uma outra pesquisa independente irá fornecer mais detalhes, esta pesquisa questiona seriamente a capacidade da produção de jatropha providenciar um combustível e um desenvolvimento sustentáveis em Moçambique.

Dada a tendência do surgimento de várias provas internacionais que demonstram a falha da jatropha em cumprir com os resultados esperados, e de facto colocando em risco a segurança alimentar e a subsistência rural, este relatório recomenda que o apoio ao desenvolvimento da jatropha em Moçambique seja interrompido até que as principais questões relacionadas com a agricultura de subsistência sejam resolvidas e as comunidades rurais obtenham soberania alimentar.

A sociedade civil moçambicana e os agricultores de subsistência chegaram a uma conclusão semelhante em 2008, resultando na elaboração de uma declaração com recomendações específicas que devem ser respeitadas, incluindo a priorização da produção alimentar, maior apoio aos agricultores de subsistência e maior apoio às cooperativas, garantindo os direitos dos agricultores, respeitando os direitos de terra da comunidade e promovendo a soberania alimentar.

União Nacional de Camponeses (UNAC)

"Jatropha! Uma armadilha sócio-económica para Moçambique", Justiça Ambiental (JA) e União Nacional de Camponeses de Moçambique (UNAC)

Julho de 2009

Brasil

O mito dos agrocombustíveis face à realidade social e ambiental



Nos últimos anos, a produção de agrocombustível vem sendo apresentada, internacionalmente, como a solução possível para uma futura crise da matriz energética mundial. Surgem como alternativa para a substituição do combustível fóssil não renovável, o petróleo e também é vista como uma “energia limpa”, uma alternativa que evitará o esgotamento do meio ambiente. Entretanto, Governos, pesquisas e grandes empresas, que consideram os agrocombustíveis como a saída para a crise da matriz energética e ambiental do mundo, excluem de suas análises os impactos negativos do modelo de produção agro exportador. Os efeitos da produção dos agrocombustíveis devem ser avaliados a partir de todo o ciclo de produção e não unicamente “do cano de escape para fora”.

1- A Matriz Energética Mundial

Atualmente, a matriz energética mundial é composta por petróleo (35%), carvão (23%) e gás natural (21%). Apenas dez dos países mais ricos

consomem cerca de 80% da energia produzida no mundo e, em consequência são os grandes responsáveis pela poluição da atmosfera. Só os Estados Unidos são responsáveis por 25% do total da poluição que afeta o meio ambiente. O Brasil também é um dos países que mais emite gás carbônico. Isso ocorre principalmente em consequência da destruição da Floresta Amazônica, que representa 80% das emissões de carbono no país.

O país é praticamente auto-suficiente em produção de energia. Portanto, a expansão da produção de agrocombustíveis tem como objetivo central atender a demanda de outros países. Essa medida acelerará o aquecimento global em vez de contribuir com a preservação do planeta.

Aproveitando-se da legítima preocupação da opinião pública internacional com o aquecimento global, grandes empresas agrícolas, de biotecnologia, petroleiras e automotivas percebem

que os agrocombustíveis representam uma fonte importante de lucro.

O governo considera a produção dos agrocombustíveis como um dos principais eixos de seu programa de desenvolvimento e já destinou bilhões para o incentivo de pesquisas e produção do biodiesel - pela soja e mamona, por exemplo, a partir do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB), - e também do agrocombustível, a partir do etanol. Ao longo de 2008, o presidente firmou uma série de acordos bilaterais com diversas nações, a fim de ampliar as possibilidades de exportação do produto. Com os investimentos bilionários, o país desponta entre os maiores produtores de agrocombustível do planeta.

2 - O Mito dos Agrocombustíveis

É preciso desmistificar a propaganda sobre os supostos benefícios dos agrocombustíveis. O conceito de energia “limpa” e “renovável” deve ser discutido a partir de uma visão mais ampla que considere os efeitos negativos destas fontes. Em janeiro de 2008, o Instituto de Pesquisas Tropicais Smithsonian constatou que o etanol produzido a partir da cana-de-açúcar e o biodiesel feito a partir da soja causam mais danos ao meio ambiente do que os combustíveis fósseis.

2.1 - A produção de etanol a partir da cana-de-açúcar



A ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Roussef, anunciou no fim do primeiro semestre, que o país manteve a liderança de produção do agrocombustível no mundo, e que a expansão ainda maior do etanol para o exterior é de fundamental interesse do governo. Só este ano, o setor recebeu mais de R\$ 3,2 bilhões (3,2 bilhões de reais) do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o BNDES. O valor supera em 36% o que foi investido no mesmo período do ano de 2008. Os recursos do BNDES destinados ao agrocombustível são extraídos, em grande medida, dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Em Junho deste ano, o Governo Brasileiro assinou um “pacto de certificação do etanol”. A assinatura do acordo foi apontada pelo Presidente como uma

forma de sanar a rejeição internacional ao etanol brasileiro, provocada pelas centenas de denúncias que comprovam a relação intrínseca entre a produção de agrocombustível com o trabalho escravo e a devastação do meio ambiente.

Entretanto, o acordo não acrescenta em nada às conquistas já existentes na legislação trabalhista e nos dissídios coletivos, os quais são descumpridos, de forma crônica e contínua, pelas empresas que empregam os canavieiros brasileiros. Na medida em que assistimos à expansão da indústria do etanol, presenciamos também o aumento de seus impactos negativos que o monocultivo trás para o meio ambiente e para os trabalhadores.

No caso do etanol produzido a partir da cana-de-açúcar, o cultivo e o processamento da cana poluem o solo e as fontes de água potável, pois utilizam grande quantidade de produtos químicos. Cada litro de etanol produzido dentro da usina, em circuito fechado, consome cerca de 12 litros de água. Esta quantidade não inclui a água utilizada no cultivo que, no caso dos monocultivos irrigados, consomem muito mais. O processo de destilação do etanol produz um resíduo chamado vinhoto. Para cada litro de etanol produzido são gerados de 10 a 13 litros de vinhoto.

A queimada da cana serve para facilitar o trabalho da colheita, além do fato que, quando se corta a cana queimada, a mão-de-obra é mais barata. Porém essa prática destrói grande parte dos microorganismos do solo, polui o ar e causa doenças respiratórias. O processamento da cana nas usinas também polui o ar através da queima do bagaço, que produz fuligem e fumaça.

O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais tem decretado estado de alerta na região dos canaviais em São Paulo (maior produtor de cana do país) porque as queimadas levaram a umidade relativa do ar a atingir níveis extremamente baixos, entre 13% e 15%. Além da degradação ambiental e do uso indiscriminado dos recursos naturais, o monocultivo da cana de açúcar domina algumas das melhores terras agricultáveis no Brasil.

2.2- A produção de diesel vegetal a partir da soja e do óleo de palma.

No caso da soja, as estimativas mais otimistas indicam que o saldo de energia renovável produzido para cada unidade de energia fóssil gasto no cultivo é de 0,4 unidades. Isso se deve ao alto consumo de petróleo utilizado em fertilizantes e em máquinas agrícolas. Além disso, a expansão da soja tem causado enorme devastação das florestas e do cerrado (ou savanas), destruindo a biodiversidade em diversos países, inclusive no Brasil.

Mesmo assim, a soja tem sido apresentada pelo governo brasileiro como principal cultivo para agrodiesel, pelo fato de o país ser um dos maiores produtores do mundo. “A cultura da soja desponta como a jóia da coroa do agronegócio brasileiro. A soja pode ser considerada a cunha que permitirá a abertura de mercados de biocombustíveis”, afirmam pesquisadores da Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

Somente na Amazônia, a proposta é cultivar 70 milhões de hectares com dendê (óleo de palma). Este produto é conhecido como “diesel do desmatamento”. Na Malásia, maior produtor mundial de óleo de palma, 87% das florestas foram devastadas.

Além da destruição de terras agrícolas e de florestas, há outros efeitos poluidores neste processo, como a construção de infra-estruturas de transporte e armazenamento, que demandam grande quantidade de energia. No caso do óleo de palma, um estudo do instituto Delft Hydraulics constatou que cada tonelada produzida representa 33 toneladas em emissões de dióxido de carbono.

2.3- A produção de biodiesel a partir da mamona e do pinhão manso

O Programa Brasileiro de Biodiesel inclui a mamona e o pinhão manso como possíveis culturas para a produção de agroenergia, principalmente envolvendo pequenos agricultores. Porém, há sérias dúvidas sobre a viabilidade desses projetos. Segundo analistas, a mamona é economicamente mais viável para outros fins, como a produção de óleo lubrificante para o setor de aviação e para automóveis de alto desempenho.

Sobre o pinhão manso, pesquisadores da Embrapa alertam que não há conhecimento técnico confiável que garanta a viabilidade da produção dessa cultura em volume suficiente para o Programa de Biodiesel. Seja no Brasil ou em outros países, não foram encontrados relatos de experimentos com validade científica de longa duração a partir dessas culturas.

2.4- A produção de biomassa a partir de material celulósico

Novas pesquisas pretendem introduzir no mercado mundial a chamada “segunda geração” de agrocombustíveis, desenvolvidos a partir de material celulósico, que estariam disponíveis em aproximadamente dez anos. Com isso, cria-se a idéia de que os agrocombustíveis produzidos a partir de fontes de alimentos seriam substituídos rapidamente, afastando o risco de impacto em relação à segurança e a soberania alimentar. Porém, caso se mantenha o atual ritmo de expansão das lavouras de milho, cana, soja e palma

(que atualmente são as principais matérias primas para os agrocombustíveis), dentro de dez anos já teremos um impacto significativo.

Outro mito em relação aos agrocombustíveis celulósicos é de que não utilizariam terras agrícolas e de que seriam aproveitados resíduos orgânicos das próprias lavouras de milho, cana, etc. Em primeiro lugar, o que se costuma chamar de resíduos orgânicos são fertilizantes naturais que servem para nutrir e proteger o solo.

A biomassa a partir de material celulósico está sendo desenvolvida principalmente através de espécies geneticamente modificadas de árvores, que apresentam um grande perigo de contaminação de outras lavouras, pois é praticamente impossível controlar sua polinização, além do risco de extensão dessas lavouras em áreas de florestas.

2.5- Agrocombustíveis transgênicos

Empresas de organismos geneticamente modificados, ou transgênicos, passaram a desenvolver tipos de culturas não comestíveis, somente para a produção de agroenergia. Como não há meios de evitar a contaminação dos transgênicos em lavouras nativas, essa prática coloca em risco a produção de alimentos e pode agravar o problema da fome no mundo.

Os próprios agricultores admitem que não há meios de controlar a contaminação, pois cultivam ao mesmo tempo milho para etanol e para consumo humano.

A expansão da produção de agroenergia é de grande interesse para empresas de organismos geneticamente modificados como Monsanto, Syngenta, Dupont, Dow, Basf e Bayer, que esperam obter maior aceitação do público se difundirem os produtos transgênicos como fontes de energia “limpa”.

No Brasil, o grupo Votorantin tem desenvolvido tecnologia para a produção de cana transgênica para a produção de etanol, através de duas empresas, Alellyx e CanaVialis, que recentemente fizeram uma parceria com a Monsanto.

2.6- Efeitos destrutivos para a reforma agrária e para os/as trabalhadores rurais no Brasil

O caso do Brasil traz elementos que podem ser verificados em outros países. O Brasil é atualmente o maior produtor mundial de etanol e atingiu um recorde de 22,5 bilhões de litros na safra 2007/2008. Estima-se que até 2012 a produção anual de etanol no Brasil seja de 35 bilhões de litros.

O Brasil tem aproximadamente 200 milhões de hectares de terras devolutas e 130 milhões de hectares de terras improdutivas, segundo estudos do II Plano Nacional de Reforma Agrária. A expansão de monoculturas para a produção de agrocombustíveis deve ampliar a grilagem de grandes áreas de terras públicas pelas empresas produtoras de soja, além de “legalizar” as grilagens já existentes.

Tanto as terras devolutas como as terras improdutivas deveriam ser utilizadas na reforma agrária, para a produção de alimentos, para reflorestamento nas áreas degradadas pelo latifúndio e para atender a demanda histórica de cerca de cinco milhões de famílias sem terra. Algumas grandes empresas estrangeiras têm adquirido usinas no Brasil, entre elas Bunge, Noble Group, ADM e Dreyfus, além de mega empresários como George Soros e Bill Gates.

Na Zona da Mata Pernambucana, a expansão das Usinas de cana expulsam centenas de trabalhadores de suas terras. É o caso da família de Dona Maria Francisca, que vivem há mais de trinta anos no sítio Camurim, São Lourenço da Mata – PE. Em 1997, a Usina Petribú, adquiriu as terras ao redor do sítio e expulsou todos os moradores. Só a família de Maria Francisca ficou. Cercada de cana, enfrentando o fogo da queima e as ameaças dos na época das queimadas da cana, dona Maria relata: “dentro da minha casa fica tudo tapado de fumaça. De noite ninguém agüenta”. E complementa: a Usina queimou meus pés de fruta, queimou meu pezinho de côco, de manga, meu pé de jambo, isso aqui tava cheio de frutas e de plantação. Caiu tudo”.

2.7- Escravidão e morte de trabalhadores

O padrão de superexploração do trabalho nos monocultivos para a produção de agrocombustível tem causado sérios problemas de saúde e até a morte dos trabalhadores. São recorrentes os casos de exploração do trabalhador.

Só entre 2005 e 2006, foram registradas 17 mortes por exaustão no corte da cana. “O açúcar e o álcool no Brasil estão banhados de sangue, suor e morte”, afirma a pesquisadora Maria Cristina Gonzaga, da Fundacentro, um órgão do Ministério do Trabalho. Dados da Comissão Pastoral da Terra, publicado no “Caderno de Conflitos 2008” demonstram que dos 5,2 mil pessoas libertadas, por trabalharem em situação de escravidão, 2,5 mil estavam no setor sucroalcooleiro, ou seja, 48% do total de pessoas libertadas.

Para garantir um salário, o trabalhador precisa atingir determinados níveis de produtividade que exigem esforços desumanos. “O salário daqui, se o

cara puxar muito, faz. Se não puxar, não faz não. Pra fazer um salário aqui é um sufoco, tem que trabalhar muito. O trabalho da cana é muito ruim. É um salário e pronto, nós não passa de um salário aqui não”, comenta Dona Sebastiana, do município de Água Preta, que trabalha na cana desde os 11 anos.

Segundo a trabalhadora Rosana Gonçalo da Silva, do município de Água Preta, zona da mata do estado de Pernambuco, “acidentes de trabalho também acontecem bastante. O esforço físico é muito grande, que as vezes até agonia dá na gente. A gente desmaia, um socorre o outro, “corre, corre se não morre”, aquela agonia toda. Quando dá agonia, morre... já morreu várias pessoas. Já morreram dentro do serviço mesmo, de esforço. Eu mesmo já quase morro várias vezes. Dá aquela agonia no coração, começa a tremer, tremer, tremer. Quando pensa que não, desmaia dentro do serviço”, afirma.

Movimentos sociais, organizações de direitos humanos e de pesquisa, que se dedicam a dimensionar os impactos negativos da produção dos agrocombustíveis, afirmam que estes não constituem uma alternativa viável para a preservação ambiental, e, além disso, provocam graves impactos ambientais em regiões de alto valor ecológico, além de consolidar um modelo de produção agrícola que impede a Reforma Agrária, explora os trabalhadores e gera alta dependência do país às empresas transnacionais. Não há possibilidade de extinção do trabalho escravo ou da devastação ambiental no processo de produção dos agrocombustíveis, do agronegócio.

A violência contra o trabalhador e a devastação do meio ambiente são inerentes ao modelo agroexportador e só serão eliminadas com a construção de um novo modelo de produção, através de uma Reforma Agrária massiva e popular, que garanta a soberania alimentar, a produção diversificada e através de novas relações de trabalho e novas relações do homem com a terra.

Depoimentos de canavieiros e canavieiras da zona da mata de Pernambuco

“O trabalhador aqui é pra trabalhar de graça mesmo, é pra morrer. O trabalhador não tem vez aqui, não.” Aldair Oliveira

“O trabalho do corte da cana é um trabalho de escravidão, é um trabalho puxado. Sai de casa as 3h da manhã, chegamos as 20h da noite. Só é melhor para o patrão, por que cada dia ele está subindo e o trabalhador está diminuindo, porque a produção que a gente faz fica tudo pro patrão.” Irmão Marcos.

“E não é igual ao que disseram não. Disseram que era salário bom, alojamento adequado, quando chega aqui não tem água pra tomar banho... É diferente o negócio, muito diferente”. Josenilson Andrade

“Quando a gente termina a safra eles não pagam os direitos de nós certo, não tem um seguro, um Fundo de Garantia e no dia a dia da gente, quando chega em casa, nos sai de 2h da manhã, quando chega em casa vou varrer, lavar prato, cuidar da casa do meu pai, tudo isso”. Vanusa Maria da Silva Ribeiro

“É muita dor que eu sinto no meu corpo. Eu tenho problema de gastrite e coluna. Incomoda muito eu abaixando, levantando, abaixando, levantando. Tem dia que eu vou me deitar doente e acordo pior, tomo remédio e é o mesmo que nada. Eu tomo remédio, vou pro médico e não passa a dor. Eu vou trabalhar assim mesmo, um dia boa, outro dia doente”, desabafa Dona Sebastiana.

“Não quero gerar nenhum filho para trabalhar na cana, não. Por que isso não tem futuro. Aqui a gente não tem nada, não somos nada.” Dona Maria José, canavieira da zona da mata pernambucana.

Texto elaborado pela CPT NE2, a partir das cartilhas, AGROENERGIA: mitos e impactos na América Latina e Os Impactos da produção de cana no Cerrado e Amazônia, organizados pela Comissão Pastoral da Terra e a Rede Social de Justiça e Direitos Humanos.

Haiti

Projecto de produção de agrocombustíveis, um projecto de morte para os camponeses de Haiti



O contexto Haitiano

Haiti é um pequeno país que ocupa um terço da ilha A Espanhola na bacia do Caribe. Os outros dois terços correspondem à República Dominicana. A superfície total do país é de 2.750 quilómetros quadrados, isto é, só 2.750.000 hectares, dos quais 1.500.000 não são cultiváveis por estarem totalmente degradadas pela erosão.

75% do território Haitiano são montanhosos. As terras consideradas agrícolas representam 916.750 he., isto é, 25% do território nacional. 52% das terras têm um declive de mais de 40%.

Haiti sofre um processo de desertificação rápida; actualmente a cobertura vegetal é menor que 2%.

Contudo, na época da independência, 80% do território estava coberto de florestas. Esta situação favorece as inundações, que por seu turno arrastam tudo: seres humanos, animais, casas, culturas, solos, etc.

A população actual de Haiti ultrapassa os nove milhões de habitantes dos quais, 2,5 miloes vivem no Porto Príncipe, a capital. O carvão de lenha é a principal fonte de energia utilizada nas cidades para a cozedura de alimentos. Mais de 80% das famílias utilizam este carvão nas cidades. Para os camponeses, a única fonte de energia é a madeira.

Hasta mediados de los 70, Haiti era um país soberano desde o ponto de vista alimentário.

Actualmente cobre apenas 40% de suas necessidades alimentares. É um país que depende da importação de alimentos. Somente produz 20% de suas necessidades de arroz, o alimento básico da população. As importações agrícolas absorvem mais de 360 dos 500 milhões de dólares que se exportam. As importações totais ascendem a 1.500 milhões de dólares. Portanto, o déficit da balança das receitas é de 1.000 milhões de dólares.



Os camponeses constituem mais de 70% da população activa. Vivem na miséria mais absoluta; no meio rural, as receitas per cápita não superam os 135,00 dólares. Alguns camponeses não ganham mais do que 55 dólares anuais.

Em geral, 80% da população vive com menos de dois dólares por dia e 55% deles vive com menos de um dólar diário. O nível de desemprego é de 72%. Apesar desta situação, o país tem um potencial agrícola que podia garantir a soberania alimentar. O problema é de ordem político. O sector agrícola recebe só 6% do orçamento nacional; contudo, a população activa que pertence a este sector é de 70%.

Acabamos de dizer que o país pode produzir alimentos suficientes para dar de comer a toda sua população. Conta com mais de 300.000 hectares de solos regáveis, em diferentes planos. Com as actuais técnicas de rega, como por exemplo a rega por gota, poder-se-ia duplicar a quantidade de terras de regadio. Desta maneira, estas terras alcançariam os 600.000 hectares, enquanto que na realidade regam-se somente uns 30.000 hectares.

As organizações camponesas exigem uma reforma agrária integral e a concessão de 30% do orçamento para o sector agrícola. Desta forma, o país produziria – sempre respeitando a agroecologia – suficiente milho, suficiente arroz, suficientes tubérculos e legumes para alimentar convenientemente e saudavelmente os nove milhões de habitantes e assegurar ainda o porvir de gerações seguintes.

Movimento camponês de Papaye

O país tem capacidade para produzir frutas ecológicas em quantidade (manga, limão e ananás) e ainda, cacão e café ecológicos nas terras em declive que se podem comercializar nos mercados de preço justo, trazendo muitas divisas.

Infelizmente, o Presidente e o Governo deste país embarcaram num projecto insensato e criminal que o presidente dos Estados Unidos, George W. Bush colocou em movimento com o objectivo de plantar jatrofa em todo este pequeno país, para produzir agrocombustíveis.

Desde há dois anos, vem-se desenvolvendo certas estruturas destinadas ocupar – pelas boas ou pelas más – terras agrícolas para plantar jatrofa. Já há viveiros em pelo menos cinco dos 10 departamentos geográficos que o país tem. Começaram plantando em terras férteis mas dizendo em público que se tratava de terras marginais que não eram utilizadas.

As organizações camponesas que compõem a Vía Campesina e outras organizações aliadas denunciaram este projecto através de uma petição contra a produção de agrocombustíveis para alimentar veículos e a favor da soberania alimentar.

Em Junho de 2009, as organizações camponesas realizaram uma importante mobilização de grande impacto no Porto Príncipe, em frente ao hotel onde se celebrava o encontro de representantes nacionais e internacionais pelo cultivo de jatrofa em Haiti. Este encontro viu-se, em certa forma, perturbado dado que alguns dirigentes de ambos os sexos pertencentes a organizações camponesas fizeram-se presentes no hotel, tomaram a palavra e distribuíram um documento com dois caixões na primeira página.

No dia 16 de Outubro, mais de 500 camponeses, chegaram de todo o país, realizaram uma conferência de imprensa com o chamamento à mobilização da Vía Campesina contra as multinacionais e para apresentar à imprensa as 31.000 assinaturas de camponeses contra a plantação de jatrofa no Haiti.

Em seguida organizou-se uma marcha em direcção ao parlamento haitiano diante da qual as organizações camponesas apresentaram sua petição. Depois foram recebidas pelo presidente do Senado e o presidente da Assembleia Nacional, que declarou publicamente: Durante meu mandato nenhuma lei a favor dos agrocombustíveis será aprovada no parlamento.

Canada

Etanol : A solução de 0,7 por cento

Com a intenção de recortar o uso energético e as emissões de gases com efeito estufa, o Canadá está apostando forte nos agrocombustíveis - etanol do milho ou do trigo e no biodiesel proveniente da soja ou do azeite de colza. O projeto de lei C-33 foi aprovado pelo Parlamento canadense e recebeu o consentimento real em Junho de 2008. A lei C-33 outorga ao Governo federal o poder regulador que necessita para impor um conteúdo mínimo de 5% de etanol na gasolina canadense para 2010, e potencialmente, exigir que tanto o diesel para aquecedor como o usado em transporte contenha um mínimo de 2% de biodiesel para o 2012. Além disso, não só incide no consumo mas também na produção; os governos federais e regionais gastaram bilhões de dólares dos contribuintes canadenses em incentivos à produção, reduções fiscais e fundos para a investigação. O orçamento federal de 2007 dedicou dois bilhões de dólares para a produção de etanol e biodiesel durante os 7 anos seguintes.

A ampla cobertura midiática e a bem-financiada campanha realizada pelos grandes grupos empresariais, como a Associação Canadense de Combustíveis Renováveis (CRFA, por suas siglas em inglês), semearam em milhares de canadenses a idéia de estar avançando significativamente na substituição dos sujos combustíveis derivados do petróleo, gasolina e diesel, pelos combustíveis verdes "renováveis". Essa percepção é incorreta. O volume de combustíveis fósseis que será deslocado pelas políticas e despesas em agrocombustíveis pelo Canadá é mínimo - por exemplo, no caso do etanol, a mudança não superará mas de 1% do consumo atual de gasolina.

O código para compreender o erro no etanol e o biodiesel é entender que para sua produção se requer o consumo de grandes quantidades de combustíveis fósseis. Os agricultores utilizam diesel e gasolina para os tratores, colheitadeiras e caminhões para cultivar os frutos necessários para o fabrico de agrocombustíveis: milho, trigo, colza e

soja. Os fertilizantes nitrogenados- um elemento código na produção dos cultivos destinados a agrocombustíveis- se sintetizam diretamente do gas natural. Muitas das plantas de produção de etanol funcional com eletricidade produzida com a queima de carvão mineral. Uma pergunta código é: quão elevados são os custos em combustíveis fósseis convencionais em relação ao conteúdo energético dos agrocombustíveis produzidos? Esta é uma pergunta sobre "equilíbrio energético" (os especialistas às vezes utilizam uma terminologia mais técnica, referindo-se a "energia devolvida sobre a energia invertida" ou EROEI, por sua sigla em inglês. O equilíbrio energético dos agrocombustíveis é a quantidade de energia fóssil utilizada em sua produção em relação à energia que finalmente os agrocombustíveis contêm.

Mesmo que existam alguns dados extremos, um grande número dos estudos realizados calculam que o equilíbrio energético para o etanol de trigo e de milho está em uma categoria entre 1,1:1 e 1,4:1, com um valor médio de 1,25:1 (ver, por exemplo, USDA/Shapouriet et al, Kim and Dale, Wang, Agriculture and Agri-food Canada, GHGenius, GREET). E, o que significa um equilíbrio de 1,25:1? Significa que por cada unidade de energia proveniente de combustíveis fósseis (BTU ou Julhos) utilizada para produzir etanol (em forma de uso e produção de fertilizantes, energia para movimentar o trator, ou a energia usada para o funcionamento do motor de produção de etanol), se conseguem 1,25 unidades de energia- um lucro líquido de 25%. Alguns analistas negam incisivamente que inclusive esses benefícios mínimos existam (Dr. Tad Patzek e Dr. David Pimental, por exemplo, calcularam um equilíbrio negativo, nenhum ganho). Mas ignoremos as avaliações mais pessimistas e centremo-nos somente nos dados propostos por pessoas mais afinadas aos agrocombustíveis. Vamos aceitar "o melhor dos supostos" proposto pelos quais advogam pelo etanol.

Portanto, temos um saldo energético como este: uma unidade de energia de combustível fóssil produz 1,25 unidades de energia em forma de etanol. O que significa isto uma vez levado à prática? Bem, o projeto de lei canadense C-33 imporá em breve um mínimo de 5% de etanol no volume da gasolina utilizada em automação. Sendo assim, substituiremos 5% de nosso combustível fóssil para automação (gasolina refinada do petróleo) com "combustível renovável" (etanol destilado do milho). Mas, neste caso, as aparências são enganosas. O etanol- ponhamos 5 unidades- requer o mesmo de combustíveis fósseis para ser produzido. Quanto combustível fóssil se requer para produzir 5 unidades de etanol? Requerem-se de 4 unidades (aqui é onde o equilíbrio ou saldo energético joga seu papel: 5 unidades de etanol divididas entre 1,25; 1,25:1). Por tanto, quando você conta com essas 4 unidades de combustível fóssil requeridas para a produção de 5 unidades de etanol, encontramos que em mandato de 5% de etanol não desloca realmente 5% do combustível fóssil em seu depósito de gasolina: somente desloca 1%.

Mas inclusive esta estimativa outorga muito crédito ao etanol já que essa quantidade de etanol requerida está indicada em volume- definitivamente, um em cada 100 litros que se põe no depósito. Esta estimativa funcionaria se tanto o etanol como a gasolina tivessem o mesmo rendimento energético (se tivessem o mesmo número de BTU ou Julhos por litro). Então isto mostra que obteríamos 1% de saldo líquido, de benefício. Mas a densidade energética não é a mesma. Um litro de etanol só tem 70% do total de energia contida em um litro de gasolina. Deste modo, a lei canadense da uma mudança de 5% do volume de gasolina por etanol, não só não supõe uma redução de 5% no consumo de combustíveis fósseis em nossos automóveis, mas nem sequer supõe uma redução de 1%. Supõe uma redução de 0,7%- sete décimas partes de 1%.

Sendo uma nação tecnologicamente avançada como é o Canadá pode encontrar alguma outra forma mais criativa de reduzir o consumo de combustíveis fósseis em automação em uns insignificantes 0,7% sem o risco de disparar o preço ao consumo dos alimentos que se deu em 2007/08 e foi atribuída por muitos à produção de etanol. Seguro que podemos criar alternativas que nos beneficiem com esse 0,7% e não requeiram de uma despesa de bilhões por parte dos contribuintes- você ajuda ao Archer Daniels Midland, Husky Oil e outros. Seguro que podemos encontrar formas de aumentar a eficiência dos combustíveis em menos de 1% pelas quais não nos possam culpar de "queimar alimentos" em um mundo no qual cerca de 1000 milhões de pessoas passam fome.

Que falta para reduzir o uso de gasolina no Canadá em 0,7%? Uma redução média da velocidade na qual se conduz de 1,6Km/h (1milha/h) seria suficiente. Eliminar uma viagem de carro de cada 142 também o conseguiria. Manter os pneumáticos corretamente inflados conseguiria muito mais que isso; de acordo com o Governo do Canadá, um correto inflado dos pneumáticos reduziria o consumo de combustível em 4%- economizando muito mais combustível que os que nosso experimento com o etanol conseguiria. Vistos os milhões de dólares dos contribuintes que parecem estar disponíveis para os agrocombustíveis, não pareceria uma estratégia infinitamente superior gastar somente uma parte deste orçamento em contratar entre 5000 e 10000 jovens, pagando-lhes uns \$40.000 anuais, dando-lhes um manômetro para pneumáticos e uma bomba de ar manual, e ter-lhes patrulhando pelas nossas cidades para inflar os pneumáticos dos carros estacionados? Soa a piada, mas um estudo competente e objetivo de custos e benefícios encontrariam provavelmente que este é um plano claramente superior.

A análise anterior se centra no potencial do etanol para deslocar o uso de combustíveis fósseis; e conclui que o potencial é muito, muito baixo. O potencial que tem o etanol para reduzir a emissão de gases de efeito estufa é uma questão diferente mais diretamente relacionada. O baixo potencial do etanol para deslocar o combustível fóssil nos deveria levar a ser pessimistas quanto a criar grandes reduções nas emissões de gases de efeito estufa. Esse pessimismo é reforçado quando um considera as pobremente respondidas dúvidas sobre o desflorestamento, a reconversão de terras de gramado em terras de cultivo, a necessidade de transportar o etanol em caminhões ou trens em vez de encanamentos, ou as emissões de oxido nitroso derivadas do gás natural na produção dos fertilizantes nitrogenados, todas elas relacionadas com o etanol. Alguns analistas (Fargione et al. 2008 e Crutzen et al. 2007) mostraram que estes efeitos pobremente entendidas podem potencialmente ser muito graves em relação à redução na emissão destes gases que os que advogam pelos agrocombustíveis clamam se conseguiriam.

Em conclusão, parece que os agrocombustíveis foram vendidos para além de suas possibilidades. Sua capacidade para reduzir o uso de combustíveis fósseis é insignificante. Sua capacidade para reduzir as emissões de gases de efeito estufa é incerta, possivelmente inexistente ou pior, negativa. E, portanto, sua capacidade para solucionar os problemas de recursos e meio ambientais gerados pela crescente frota automobilística global e a proliferação da cultura do automóvel em Norte a América é completamente inadequada. É muito difícil considerar a idéia que seja uma "possível solução". Parece, cada vez mais, ser uma mera distração.

Estamos comendo petróleo

A produção a grande escala (inclusive a meia escala) de combustível renovável é insustentável. Isto é parcialmente por que esta construída sobre, se extrai desde, nosso insustentável sistema de produção alimentícia. Nossa fonte de alimentos- agora ampliada para alimentar a 6.500 milhões de pessoas e a seu ganho- é, cada vez mas, um produto dos combustíveis fósseis. Os fertilizantes nitrogenados, a maior fonte de nutrientes de nossos recursos alimentícios, são criados diretamente do gás natural, em rápidas vias de esgotamento. O gás contribui com os insumos químicos e a energia necessária para transformar o nitrogênio em fertilizante. De uma forma parecida, os químicos usados em nossas fazendas provêm principalmente de combustíveis fósseis. Igualmente, nossos sistemas de processamento e distribuição também se baseiam nestes combustíveis. O uso dos combustíveis fósseis em nossas comidas são enormes. Estamos, como muitos descreveram, comendo petróleo. E desta forma, segundo o petróleo se esgota, também se esgota nosso abastecimento de alimentos. E da mesma forma se esgotam os abastecimentos de grãos e sementes oleaginosas para a produção de etanol e biodiesel. O problema da sustentabilidade de nossas fontes de alimentos não acaba com os combustíveis fósseis. Segundo a população atual de 6.500 milhões aumenta, provavelmente, até 9.500 milhões, também encontramos limites a nossos abastecimentos de água de irrigação. Estamos esgotando os aquíferos fósseis. Nosso consumo de água é insustentável, e o será mais ainda segundo aumente a produção de comida para os humanos em 50%. Estamos perdendo o solo frente à erosão e terras de cultivo pela expansão urbanística, a salinização e a desertificação. Nosso uso do solo da Terra é possivelmente insustentável. Frente a isso, se as fontes de energia e de fertilizantes de nossas fontes de alimentação são insustentáveis, se o uso da terra e a água são insustentáveis, podemos estar seguros que todo o sistema de produção de alimentos é atualmente insustentável. Disto, se deduz logicamente, que qualquer agrocombustível de milho, soja ou colza, tirado desse mesmo sistema de produção de alimentos, será igualmente insustentável- renovável sim, mas insustentável.

Face a estes feitos climáticos sobre os abastecimentos de grãos e alimentos, os que advogam pelo biocombustível, optam por uma retirada tática e começam a falar do etanol de celulose- etanol produzido da fibra de celulose da madeira e as forragens. A idéia aqui é tomar lascas de madeira e esbanjamentos das colheitas e convertê-los em combustível com a ajuda de algum processo exótico ou alguma bactéria ainda por descobrir. Não é má a idéia de transformar resíduos de madeira em combustível útil. Nós

poderíamos inclusive imaginar ser sustentável capturar a serragem e as varetas de madeira desperdiçadas nas serrarias e usá-las para criar um pouco de etanol. Ao pensar que isto poderia substituir uma parte significativa de nosso consumo de combustível para motores com etanol derivado da madeira ou a forragem é quando este planejamento se volta insustentável.

Um plano assim requereria apanhar muitas toneladas de material de plantas da terra. Este material seria depois vaporizado junto de todos os nutrientes que tivesse. Eliminar esses nutrientes só faria nosso sistema alimentício mais ainda insustentável. Se você elimina a palha, você elimina também a matéria-prima para o solo de amanhã. Também, de passagem, aceleraríamos sua erosão pelo vento e a água. Fazer funcionar a frota global de carros com energia subtraída à terra esgotaria o solo. Substituiríamos o problema do esgotamento progressivo do petróleo pelo esgotamento progressivo do solo. Esgotando nossos solos como a fonte de combustíveis, as civilizações futuras não só perderão sua possibilidade de usar combustível, se não que também perderão a possibilidade de alimentar-se. Os agrocombustíveis a base de grãos, oleaginosas ou forragens de celulose produzidos de forma insustentável significam usar a comida de amanhã para produzir o combustível de hoje.

Ao pensar nos chamados combustíveis renováveis, a base é a seguinte: as fontes de energia renovável são muitas- madeira, estrume de vaca, cavalos propulsados por uma bala de feno e um punhado de aveia,... As fontes de energia sustentável, entretanto, são mais raras. De todos modos, é quase seguro, que não existe nenhuma forma sustentável de propulsar esta civilização. Isto é simplesmente verdade porque o uso de energia desta civilização é muito alto em comparação com a capacidade que tem o planeta para criar energia utilizável. Mais ainda, nosso uso de energia é muito elevado em relação à capacidade que tem a Terra para reintegrar as emissões da conversão dessa energia de volta à biosfera- por outro lado, os produtos de resíduo do uso dessa energia se acumulam.

A mentira implícita nas promessas feitas pelos defensores dos agrocombustíveis é que sua energia não é somente renovável mas também é sustentável. Não o é. O uso deste tipo de combustíveis esvaziará a Terra de recursos e encherão a atmosfera de subprodutos. O uso desses produtos degradará a possibilidade de nossos netos e bisnetos viverem uma vida pelo menos tão cômoda como a que estamos vivendo nós. Os agrocombustíveis, como todas as fontes de energia insustentáveis, beneficiam ao presente a expensas do futuro.

Sindicato Nacional de Agricultores (NFU) (Canadá)

Indonésia

Trabalhando sob as palmas azeiteiras - os trabalhadores agrícolas e os pequenos agricultores nas plantações de palma de azeite

A indústria indonésia da palma está surgindo como um novo gigante. Em 2006 a Indonésia se transformou no primeiro produtor mundial de azeite de palma, substituindo a Malásia. Estes dois países são responsáveis por mais de 80% do total da produção global. Ironicamente, pouco depois de passar a ser o primeiro produtor mundial, a Indonésia sofreu de uma crise alimentícia que comoveu o mundo inteiro.

Seria lógico pensar que o povo indonésio, especialmente os trabalhadores do setor do azeite de palma, se beneficiaria do boom nos preços de azeite no mercado internacional. Desafortunadamente, sucedeu tudo o contrário. Enquanto o azeite de palma indonésio penetra nos mercados internacionais, milhões de pessoas normais do país estão sofrendo.

Inclusive os trabalhadores das plantações de palma, que viveram uma experiência muito amarga quando os preços do azeite se elevaram de maneira espetacular para depois derrubar-se sem prévio aviso.

Durante a crise alimentícia, no começo de 2008, nem sequer podiam permitir-se comprar azeite de cozinha elaborada a base de azeite de palma.

Devido ao boom do setor do azeite de palma e à ascensão dos preços, as plantações estão se expandindo a uma grande velocidade. A selva autóctone e os cultivos alimentícios estão convertendo-se à palma de azeite. Os agricultores, incluídos os pequenos, pediram empréstimos aos bancos para investir em plantações em azeite de palma, mas de repente os preços internacionais desceram muito bruscamente. Ao mesmo tempo, aumentou o preço dos combustíveis fósseis. Muitos agricultores de azeite de palma foram à quebra. Esta é a cara escura da história de sucesso do

azeite de palma. Neste trabalho se narra a história real e a luta dos pequenos agricultores e os trabalhadores que vivem no interior das florestas de palma de azeite.

As plantações de azeite de palma

Em 1987 o azeite de palma ocupava aproximadamente 425.000 hectares na Indonésia, havendo alcançado os 7,2 milhões de hectares em 2007, isto é, maior 17 vezes ao que possuía trinta anos antes. Entre 2006 e 2007, os cultivos de palma aumentaram em 2.656.033 hectares, a maior expansão até o momento. Em 2009, a zona alcançou um total de 9 milhões de hectares.

Desde os tempos coloniais holandeses, grandes extensões de Sumatra se dedicaram a cultivos comerciais como o chá, o café, o tabaco e o caucho. A palma de azeite chegou mais tarde, há aproximadamente 30 anos, devido sobre tudo à influência malaya, separada da Indonésia por só um estreito. Depois de ser testemunha do sucesso malayo na obtenção de divisas pela exportação do azeite de palma, o governo indonésio apoiou o desenvolvimento de plantações de palma por parte de empresas estatais e privadas.

Além disso, o governo também facilitou o procedimento para alcançar concessões de terras, obterem créditos bancários e estabelecer mecanismos de contratação agrícola com pequenos agricultores. Sumatra é hoje em dia a maior ilha de produção de palma na Indonésia.

O modelo de contratação agrícola nas plantações de palma indonésia se conhece como de "plantação de núcleo e de pequenos produtores" (*[[perkebunan] [inti]-[rakyat]/ plasma. [PIR] em [Bahasa] a Indonésia]*). Os pequenos agricultores entregam suas terras para que sejam transformadas em cultivo da palma azeiteira. De

modo que há dois tipos de zonas de palma: as que são propriedade de empresas e aquelas que pertencem a grupos de agricultores. Depois da assinatura do contrato, as empresas tomam as terras dos agricultores, as transformam em plantações de palma de azeite e as cuidam, aplicando fertilizantes até que chega o tempo da colheita. Os agricultores já não trabalham em suas terras. Mas o direito sobre a terra do agricultor figura como aval. O agricultor recebe uns ingressos depois da colheita resultantes da divisão da produção entre o agricultor e as empresas.

A contratação agrícola contribuiu para a expansão em massa do azeite de palma, já que também se estendia às terras dos agricultores do programa de re-assentamento. O programa de re-assentamento é um programa governamental criado com o fim de situar aos habitantes das super povoadas ilhas de Java e Bali em ilhas menos povoadas como

Sumatra, Kalimantan, Sulawesi e Papua. Todas as famílias que participaram do projeto receberam dois hectares de terra e muitas delas “investiram” no sistema de contratação agrícola.

Mas agora, aproximadamente 30 anos depois, as novas plantações de palma não requerem necessariamente deste modelo de contratação agrícola. Os investidores individuais e as empresas podem solicitar permissões para começar as plantações de palma.

O Controle Empresarial

As plantações cada vez maiores da palma azeiteira estão fundamentalmente nas mãos de empresas privadas. Dez grandes empresas controlavam 67% do total das plantações de palma na Indonésia em 2007.

Tabla. Controle das plantações de palma pelas grandes empresas na Indonésia (2007)

Titular	Extensão das plantações (héctares)
<i>Empresas agrícolas locais</i>	
Salim Group	1.155.745
Sinar Mas	320.463
Raja Garuda Mas	259.075
Astra Group	192.375
Surya Dumai Group	154.133
London Sumatera	245.629
Sampoerna Agro	170.000
<i>Empresas estrangeiras</i>	
Wilmar Holding	210.000
PBB Oil Palm Bhd	274.805
CNOOC	1.000.000

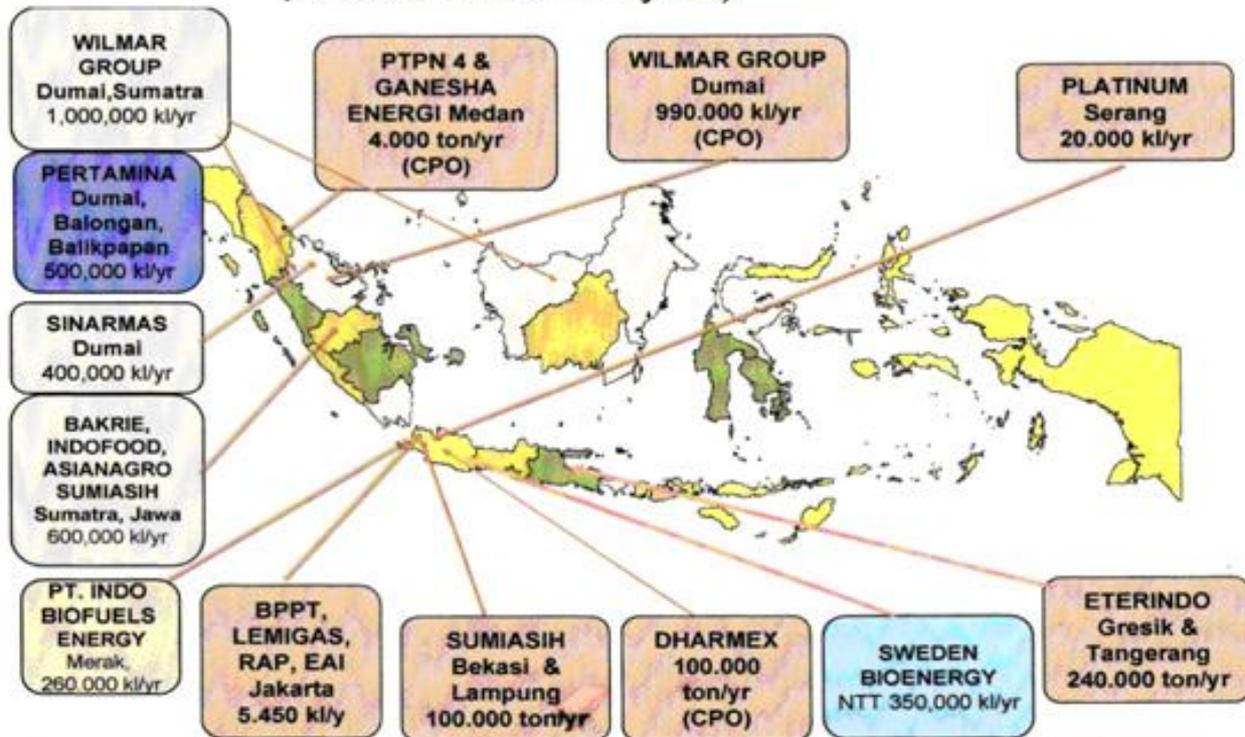
Fonte: Bisnis Indonesia, 2007

Tabla. Produção de CPO em Indonesia 1996-2008

Ano	Produção (Milhões de toneladas)	Área (hectares)
1996	4,8	2,249,514
1997	5,4	2,922,296
1998	5,9	3,560,196
1999	6,5	3,901,802
2000	7,0	4,158,077
2001	8,4	4,713,435
2002	9,6	5,067,058
2003	10,4	5,283,557
2004	12,2	5,284,723
2005	13,1	5,453,817
2006	15,8	6,594,914
2007	17,2	6,766,836
2008	18,37	7,007,876

Fonte: Oil World, 2007 e SawitWatch, 2009

Bio-diesel: Production plan up to 2010 (+/- 5.57 million KL/year)



Fonte: Rancangan fasilitas produksi biodiesel (INBT 2008)

O aumento na produção de azeite de palma em nível nacional coincide com uma mudança no consumo mundial de azeite. Enquanto que em 2000 o consumo de azeite de palma era inferior ao de azeite de soja, ambos se igualaram em 2005. Isto mostra que a produção de azeite de palma é muito competitiva em comparação com outros azeites do mercado mundial.

A febre do agrocombustível

Um novo fator impulsionou a expansão da produção do azeite de palma na Indonésia, a febre do agrocombustível em nível mundial. O agrocombustível é um tipo de combustível que se extrai de um produto agrícola que se pode empregar como combustível para gerar energia para motores de combustão, tanto de gasolina como de diesel. Além disso, o azeite de palma se pode utilizar como matéria prima para motores de combustão diesel.

A demanda existente de azeite de palma como fonte de agrocombustível se pode observar nos mercados nacionais e internacionais. Por exemplo, a Europa já se dirige para o objetivo de chegar em 20% de uso de agrocombustível no setor de transportes, enquanto que nos Estados Unidos, segundo o projeto da lei sobre a energia aprovado no ano 2007, o objetivo era utilizar agrocombustível até uma quantidade de cerca de 160.000 milhões de litros anuais para o ano 2022. Por outra parte, no mercado Indonésio, o Governo

apresentou várias políticas para ir aplainando o caminho dos investimentos em projetos relacionados com o agrocombustível. Para iniciar esta nova política, o Governo tem intenção de abrir 6 milhões de hectares de terras para cultivar plantações de azeite de palma com vistas a proporcionar a matéria prima necessária para os agrocombustíveis. Em meados de 2007 começaram alguns dos projetos de maior envergadura. No norte de Kalimantan, Borneo, se limpam 1,8 milhões de hectares de terras para as plantações de azeite de palma na zona fronteiriça. Em Subang, Java Ocidental, os camponeses são contrários à expansão de 30 hectares para as plantações de azeite de palma, que lhes está roubando suas terras agrícolas. Além disso, no ano 2008, houve outra abertura de grandes proporções de 1,3 milhões de hectares no total em Papua. Todos estes projetos são projetos do governo para as PTPN (Empresas de Plantação Estatais) em colaboração com empresas estrangeiras como à china CNOOC.

Por meio da promulgação de ditas normas, atualmente há 190 postos de gasolina em Jakarta, e 12 postos de gasolina em Surabaya, a segunda maior cidade, onde vendem agro-diesel. Todos estes postos de gasolina utilizam o azeite de palma como matéria-prima, previamente tratada e transformada em éteres [metílicos] de ácidos gordurosos (FAME) que se misturam com o combustível diesel normal. Até agora, o agrocombustível que se vende no mercado se

conhece como B5, o que significa que há 5 por cento de agrocombustível no combustível. Não obstante, trata-se de aumentar a porcentagem até um 10 ou 20%. Até maio de 2007, existiam quatro plantas processadoras principais para o tratamento do agrodiesel na Indonésia com uma capacidade total de 620.000 toneladas diárias. Segundo os prognósticos sobre a produção dos agrocombustíveis na Indonésia para 2010, a ilha de Sumatra será o principal produtor, seguida pela ilha Kalimantan como o segundo produtor principal e a ilha de Java, que será o ponto principal para o mercado nacional dos agrocombustíveis. Mais abaixo se pode ver o prognóstico para cada empresa. A contínua expansão em massa do setor do azeite de palma na Indonésia se apresenta como um sucesso econômico nacional. No entanto, teve conseqüências devastadoras para os habitantes e para o país. Provocou a expulsão de milhares de agricultores de suas terras, destruiu o meio ambiente, transformou os agricultores em pessoas dependentes dos alimentos, criou mais escravidão que emprego e manteve um sistema colonial onde as pessoas autóctones não têm nenhum controle na corrente de produção.

Conflito de terras

Esta expansão em massa de plantações de azeite de palma na Indonésia requer vastas extensões de terras. Desde o início, a abertura de plantações no país desembocou em muitos conflitos entre os agricultores locais e as empresas – tanto estatais como privadas, incluindo multinacionais. Por exemplo, em Bukit Kijang, Asahan Regência, no norte de Sumatra, começou um conflito devido as empresas tomarem as terras dos pequenos agricultores nos anos oitenta. Nesses anos, alguns dos agricultores tinham começado a abrir as florestas para poder ter terras cultiváveis para alimentar as suas famílias. Era um momento no qual ainda havia muita extensão de terras em Sumatra e portanto podia-se abrir as florestas para cultivar. Essa é a razão pela qual o governo trasladou aos pequenos agricultores desde Java até Sumatra mediante um programa de reassentamento. Lhes disseram que aqueles que abrissem as florestas teriam o controle dessas terras para cultivá-las. No entanto, logo depois de ter limpado as florestas e de ter a terra pronta para ser cultivada, lhes informaram que a terra pertencia a várias empresas. Surgiram muitos problemas devido a que as empresas estavam respaldadas pelas forças militares. Os agricultores que reclamavam suas terras foram violentamente reprimidos. As famílias foram informadas que se não abandonavam essas terras seriam considerados membros do Partido Comunista, o

qual foi reprimido com um banho de sangue no final dos anos sessenta. As famílias de agricultores sofreram todo tipo de ameaças e violência.

Os pequenos agricultores em Bukit Kijang se deram conta da importância de criar uma organização que defendesse suas terras de maneira conjunta, não individualmente. Desde então lutaram por conseguir que lhes devolvam suas terras. Reclamaram em parte, o que puderam de maneira conjunta, mas ainda não possuem as escrituras oficiais das terras. “Ainda vivemos dependentes da palma, mas nos enfrentamos a uma grande incerteza aqui que não temos as escrituras de nenhuma das terras. O escritório do cadastro não quer expedir as escrituras das terras. Seguimos lutando por elas para nossos filhos e netos” afirmou Suharto, um dos membros da União Camponesa a Indonésia de Bukit Kijang. Depois da queda do governo militar de Suharto, a repressão por parte do exército diminuiu. Ao ver esta oportunidade, os pequenos agricultores que tinham perdido suas terras em benefício das empresas tentaram recuperá-las. Infelizmente, a repressão ainda existe. Por exemplo, em Bandar Pasir, Mandoge, as mulheres agricultoras sem terra têm ocupado parte de uma plantação de azeite de palma por meio da construção de pequenas cabanas de bambu onde se instalaram com seus filhos. Elas lutam para que a empresa lhes devolva suas terras, empresa que nem sequer tem a permissão adequado para explorar a terra. PT Bakrie Sumatra Plantation e PT Jaya Baru Pratama.

Mesmo que já se transformou em uma plantação, os pequenos agricultores não querem perder seu vínculo com as terras. Não é somente uma parcela de terra, trata-se de uma conexão a sua alma, a toda a história de suas famílias. Maulina br Sitorius, uma mulher agricultora disse: “Como vou abandonar esta parcela de terra? É a terra dos meus antepassados. Nascemos aqui nesta terra; eu cresci nesta terra. Ainda tenho lembranças do que crescia em cada esquina desta plantação, antes que as empresas arrancassem tudo pela raiz e plantassem palma. Quando meus pais morreram, foram enterrados aqui porque nos pertence.”

As mulheres vivem em situações muito precárias. Uma delas, Mak Rinset, nos contou que é muito duro lutar pela terra. Se veem obrigadas a viver sob as palmas, no coração da plantação. Não há eletricidade durante a noite. Além disso, não podem cultivar nada. Começaram a plantar algumas coisas como a cassava, mas não cresce porque as palmas destroçaram a terra. É muito difícil para elas continuar lutando e dando de comer a seus filhos.

Referencias

- (1) Oil World, 2007
- (2) <http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/6365985.stm>. A pesar da sua reunião de Bruxelas, o objectivo poderia reduzir a 10%.
- (3) A pesar disso, 10% do transporte da Europa é um volume considerável.
http://www.nytimes.com/2008/07/07/business/worldbusiness/07iht-fuel.5.14308066.html?_r=1
- (4) Algumas das políticas são: Estatuto presidencial número 5/2006 sobre políticas energéticas nacionais, Instruções presidenciais (Inpres) número. 1/2006 sobre o uso de combustíveis renováveis (pemanfaatan Bahan Bakar Nabati), promulgação dos estândaes nacionais SNI 04-7182-2006 sobre biocombustíveis e finalmente a permissão número 3675/24/DJM/2006 (Dirjen Migas) para usar um máximo de 10% de biocombustíveis nas misturas com diesel.
- (5) Samon. Elisha Kartini 2008. Trabalho apresentado num work shop da Conferência pela Justiça Climática em Bangkok de 12 a 14 de Julho de 2008.
- (6) Estas empresas de processamento são as seguintes: PT Eterindo Wahanatama (120 000 toneladas por ano com matérias primas variadas), PT Sumi Asih (100 000 toneladas/ano com estearina de palma como matéria prima), PT Indo BBN (50 000 toneladas/ano com matérias primas variadas), Wilmar Bioenergy (350 000 toneladas/ano com azeite de palma cru como matéria prima), PT Bakrie Rekin Bioenergy (150 000 toneladas/ano) e PT Musim Mais (100 000 toneladas/ano). Além dessas quatro grandes corporações há outros pequenos e médios processadores com uma capacidade total de 30 000 toneladas por ano, das que importa destacar PT Ganesha Energy, PT Energi Alternatif Indonesia e outras que são propriedade do estado. (<http://majarimagazine.com/2009/06/potensi-pengembangan-biodiesel-di-indonesia/>)
- (7) Baseado directamente em entrevistas con pequenos agricultores membros do Sindicato de Camponeses Indonésios de Dusun Tiga, Bukit Kijang, Asahan North Sumatera, fevereiro de 2009.
- (8) 2009. Reaping Lives, Stealing Hopes the False Promises of Palm Industrial Plantation. Documento interno do Sindicato de Camponeses Indonésios.
- (9) <http://www.hariansumutpos.com/2009/06/petani-tewas-diterkam-harimau.html> no norte de Sumatra um tigre saiu da selva e atacou aos agricultores. Tem havido casos similares em Jambi e na provincia de Aceh, onde a expansão das plantações de palma é massiva.
- (10) Entrevista realizada por Kartini Samon, SPI 2008
- (11) http://www.fspi.or.id/index.php?option=com_content&task=view&id=487&Itemid=38
- (12) Majalah Sawit Edisi Agustus 2009
- (13) http://www.sawitwatch.or.id/index.php?option=com_content&task=view&id=89&Itemid=40
- (14) Lusiana. Susan. 2008. Relatório de campo do Sindicato dos Camponeses Indonésios sobre Jambi Chapter
- (15) As empresas são PPKS Medan, PT Socfin Indonesia, PT London Sumatera Tbk., PT Bina Sawit Makmur, PT Dami Mas Sejahtera, PT Tunggal Yunus Estate, PT Tania Selatan e PT Bakti Nusantara.
- (16) Boletim da Associação Agricultores Indonésios de Palma. 2008.
- (17) Majalah Info Sawit Juli 2009

Posicionamiento da Vía Campesina

Os pequenos agricultores alimentam o planeta, os agrocombustíveis industriais geram fome e pobreza

A actual onda massiva de investimentos na produção de energia baseada no cultivo e processamento industrial de matérias vegetais como o milho, a soja, óleo de palma, a cana de açúcar, canola, etc., não resolverá nem a crise climática, nem a energética. Trará, pelo contrário, consequências sociais e ambientais desastrosas. Cria uma ameaça muito séria à produção de alimentos, feita por pequenos agricultores e o ganho da soberania alimentar da população mundial.

Durante os últimos vinte anos, as políticas neoliberais adoptadas globalmente falharam na resposta às necessidades básicas das pessoas. As promessas da FAO na Cimeira Mundial sobre Alimentação de 1996 e os Objectivos do Desenvolvimento do Milénio das Nações Unidas, de tirar as pessoas da pobreza, não se cumpriram. Muito mais pessoas estão a sofrer de fome.

Afirma-se que os agrocombustíveis ajudarão a combater a mudança climática. Na realidade acontece o contrário. As novas plantações de monocultivos necessárias para produzir agrocombustíveis estão a aumentar as emissões de gases com efeito de estufa, por desflorestação, ressequimento das terras húmidas, e desmantelando terras comunais.

Se tivermos em conta todo o ciclo de produção, transformação e distribuição de agrocombustíveis, não se produzem menos gases com efeito de estufa que com os combustíveis fósseis, excepto em alguns casos. Além disso, os agrocombustíveis nunca poderão substituir os combustíveis fósseis. De acordo com as últimas estimativas, apenas cobrirão o futuro aumento do consumo de aqui a 2020. Simplesmente não há suficiente terra no mundo para gerar todo o combustível necessário para uma sociedade industrial cujas necessidades para transportar pessoas e mercadorias estão a aumentar continuamente.

A promessa dos agrocombustíveis cria a ilusão de que podemos continuar a consumir energia e, inclusivamente, a crescer num ritmo maior. A única resposta à ameaça da mudança climática é reduzir o uso da energia em todo o mundo e redirigir o mercado internacional até aos mercados locais.

Enquanto isso, os impactos sociais e ecológicos dos agrocombustíveis serão devastadores. O monocultivo e a agricultura industrial, seja para agrocombustíveis ou para qualquer outra produção, estão a destruir a terra, as florestas, a água e a biodiversidade. Expulsam da sua terra famílias camponesas, homens e mulheres. Estima-se que cinco milhões de camponeses foram expulsos da sua terra para dar espaço a monocultivos na Indonésia; cinco milhões no Brasil, quatro na Colômbia...

A agricultura industrial gera muito menos emprego que a agricultura campesina sustentável; é uma agricultura sem agricultores.

A actual expansão da produção de agrocombustíveis contribui na concentração massiva de capital pelos proprietários de terra, grandes empresas e transnacionais, provocando uma verdadeira contra-reforma agrária em todo o mundo. Além disso, contribui no aumento da especulação nos produtos alimentícios e no preço da terra.

No lugar de dedicar a terra e a água à produção de alimentos, estes recursos estão a ser dedicados na produção de energia em forma de gasóleo ou etanol. Hoje, os pequenos camponeses, os indígenas, homens e mulheres, produzem a imensa maioria da comida consumida em todo o mundo. Se não nos prevenirmos agora, os agrocombustíveis ocuparão nossas terras e a comida será mais escassa e cara.

Quem comeria agrocombustíveis?

Uma nova aliança de alguns governos com as empresas químicas, de automobilismo, de petróleo e da agro-indústria está a promover os agrocombustíveis com o único objectivo a ganhar dinheiro. Estas grandes empresas transnacionais manipulam a preocupação social pela mudança climática e a crise energética e lançam-se à produção de agrocombustíveis de maneira que modo a manter e fortalecer seu modelo produtivo agro industrial. O facto de saberem que este modelo é, em si mesmo, a maior causa da mudança e um intensivo consumidor de energia, não constitui obstáculo.

As transnacionais fortalecem e ampliam seu controle tecnológico e de mercados sobre o sector agrícola, substituindo nossa produção campezina de alimentos baseados no emprego de sementes campezinas, a convivência com a biodiversidade e a energia proporcionada pela força humana ou animal, elementos, todos eles, que usam muito menos energia por unidade de alimento produzido e, sobretudo, menos combustíveis fósseis.

As companhias do agro-negócio sabem que os agrocombustíveis produzidos a grande escala não são economicamente viáveis. A corrida aos agrocombustíveis é estimulada pelos tremendos subsídios directos e indirectos dos governos que a promovem e pelo capital especulativo que já está a causar enormes aumentos nos preços dos alimentos.

As cifras citadas são alarmantes. São mencionados milhões de hectares e milhares de dólares: o governo da Índia está a contemplar a plantação de 14 milhões de hectares com jatrofa; o Banco Interamericano de Desenvolvimento diz que Brasil tem 120 milhões de hectares disponíveis ao cultivo de agrocombustíveis; e um lobby empresarial projecta que há 397 milhões de hectares disponíveis em 15 países africanos. Isto significa um nível de expropriações sem precedentes.

Enquanto as corporações transnacionais aumentam seus benefícios económicos, a maior parte da população mundial não tem suficiente dinheiro para comprar comida. Estima-se que os agrocombustíveis são os responsáveis de 30% da actual crise dos preços dos alimentos.

Quando grandes companhias transnacionais não são capazes de encontrar terras agrícolas para a produção de agrocombustíveis, impõem a desfloração das zonas de bosques que ainda existem no mundo e que são necessárias para a manutenção da vida na terra.

Milhares de agricultores não têm alternativas senão juntar-se ao cultivo dos agrocombustíveis, já que precisam destas entradas de dinheiro para subsistir até a campanha seguinte. As políticas

agrícolas nacionais e internacionais impostas pelas instituições financeiras internacionais e pelas grandes empresas transnacionais exacerbaram a dependência dos países em via de desenvolvimento, levando-os a crise alimentar, a extrema pobreza e a fome em todo o mundo. Portanto, estes pequenos camponeses não são culpados de tomar a decisão equivocada, pelo contrário, são vítimas do actual sistema neles imposto.

Os pequenos agricultores e os trabalhadores agrários, trabalhando em condições extremamente duras com efeitos prejudiciais à sua vida, com muito pobres rendimentos, não têm voz sobre a maneira como sua produção é utilizada. Muitas destas pessoas estão a trabalhar em contratos agrícolas com grandes companhias do agro-negócio, que são as que processam, refinam e vendem o produto. Portanto, são estas grandes empresas que decidem canalizar estas produções aos combustíveis e não ao mercado de alimentos. Os altos preços dos alimentos, pagos pelos consumidores, não se reflectem nos rendimentos dos pequenos camponeses.

Em resposta à crise energética: produção em menor escala e consumo local

A produção campezina sustentável é essencial para alimentar o mundo. A agricultura campezina sustentável e a soberania alimentar consomem até 80 vezes menos energia que a agricultura industrial.

A soberania alimentar implica primar pelo emprego dos recursos locais para a produção de alimentos, minimizando tanto a quantidade de matérias-primas importadas para a produção como o seu transporte. Igualmente, a comida assim produzida consome-se localmente, pelo que o produto final não tem que se deslocar para longe. Não é lógico comer na Europa aspargos provenientes do Altiplano, ou feijão fresco procedente de Quênia.

Através da história da agricultura, os habitantes das zonas rurais obtinham a energia de suas terras agrícolas para responder a suas necessidades quotidianas. As famílias camponesas estão a usar azeite de coco ou girassol, biogás, lenha, vento ou água para gerar energia eléctrica para seu uso local. Estes métodos são sustentáveis e integrados dentro do ciclo da produção nas suas terras. É imperativo desenhar e adoptar atitudes responsáveis no consumo de alimentos e ajustar nosso modo de nos alimentar, sabendo que o modelo industrial de produção e consumo é destrutivo, enquanto que o modelo baseado na produção camponesa utiliza práticas energéticas responsáveis.

Por isso, **A Via Campesina** continua com a sua luta contra o poder das grandes empresas transnacionais e os sistemas políticos que as apoiam. A crise energética não deveria ser visto como um problema isolado, mas sim como parte de toda a crise do actual modelo de desenvolvimento, onde os benefícios têm prioridade do que as pessoas.

Em seu lugar, nós apoiamos uma agricultura de pequena escala, diversificada, centrada nas pessoas com mercados locais e modos de vida saudáveis, usando menos energia e menos dependência de recursos externos. As famílias camponesas sustentáveis cumprem a missão fundamental da agricultura: alimentar as pessoas.

A Via Campesina denuncia:

O modelo neoliberal, as instituições financieras internacionais e o capital transnacional, responsáveis directos das crises climáticas e alimentares.

- Irresponsável apresentação dos agrocombustíveis como uma resposta à crise climática e energética.
- O escândalo de produzir agrocombustíveis no mundo assolado pela fome
- A passividade da maioria das instituições enfrentadas com o sério risco trazido com a chegada dos agrocombustíveis, o que implica que as populações urbanas e rurais não podem nem produzir nem consumir alimentos.
- Que estas mesmas instituições estão a colocar os interesses económicos das grandes empresas transnacionais por cima da alimentação e das necessidades nutricionais das mesmas pessoas que têm confiado representar e defender.
- O insulto de continuar promovendo os agrocombustíveis a pesar do balanço energético negativo na sua produção, processamento e transporte.

- O modelo neoliberal, as instituições financieras internacionais e o capital transnacional, responsáveis directos das crises alimentar e climática.

A Via Campesina exige:

- O término do modelo corporativista, produção baseada no monocultivo, para produção de agrocombustíveis. Como primeiro passo, terá de ser declarada imediatamente uma moratória internacional de cinco anos na produção, comércio e consumo de agrocombustíveis industriais.
- Efectuação duma avaliação profunda do custo social e meio ambiental do sucesso dos agrocombustíveis e dos benefícios conseguidos pelas grandes empresas transnacionais no processamento e comercialização das matérias-prima.
- A promoção e o desenvolvimento da agricultura de menor escala e os modelos de consumo locais e o repúdio do consumismo.
- O apoio explícito dos governos e das instituições ao modelo de produção e distribuição de alimentos baseado na agricultura camponesa sustentável, com seu uso mínimo de energia, sua capacidade para criar emprego, de respeitar a diversidade cultural e biológica e seu efeito positivo contra o aquecimento global (os solos férteis são o melhor caminho para captar CO2)
- A reorientação das políticas agrícolas a favor das comunidades rurais sustentáveis e subsistência baseada na soberania alimentar e a autêntica reforma agraria.
- A promoção e o desenvolvimento de um modelo de consumo responsável.

Apaguemos o fogo dos agrocombustíveis e acendamos a chama da soberania alimentar!

O escândalo dos agrocombustíveis nos países do Sul

A ideia de estender o cultivo dos agrocombustíveis no mundo e particularmente nos países do Sul é desastrosa. Ela faz parte de uma perspectiva global de solução à crise energética. Nos próximos 50 anos teremos que mudar o ciclo energético, passando da energia fóssil, cada vez mais rara, para outras fontes de energia. A curto prazo é mais fácil utilizar o que é imediatamente rentável, isto é, os agrocombustíveis. Esta solução, ao reduzirem-se as possibilidades de investimento e ao esperar ganâncias rápidas, parece a mais requerida à medida em que se desenvolve a crise financeira e econômica.

Como sempre, num projecto capitalista, ignora-se, o que os economistas chama de externalidades, isto é, o que não entra dentro do cálculo do mercado, para o caso que nos preocupa, os danos ecológicos e sociais. Para contribuir com uma percentagem de entre 25 a 30% da procura, a solução da crise energética ter-se-á que utilizar centenas de milhões de hectares de terras cultiváveis para a produção de agroenergia na sua maioria no Sul, já que o Norte não dispõe suficientemente de superfície cultivável. Ter-se-á, igualmente segundo certas estimativas, que expulsar de suas terras pelo menos 60 milhões de camponeses. O preço destas «externalidades» não pago pelo capital mas sim pela comunidade e pelos indivíduos, é espantoso.

Os agrocultivos são produzidos baixo a forma de monoculturas, destruindo a biodiversidade e contaminando os solos e a água. Pessoalmente, caminhei quilómetros nas plantações do *Choco*, na Colômbia, e não vi nem uma ave, nem uma raposa, nem um peixe nos rios, por causa do uso de grandes quantidades de produtos químicos, como fertilizantes e pesticidas. Face à crise hídrica que afecta o planeta, a utilização da água para produzir etanol é irracional. Para o efeito, para obter um litro de etanol, a partir do milho, utiliza-se entre 1200 e 3400 litros de água. A cana de açúcar também precisa de enormes quantidades de água. A contaminação dos solos e da água leva a níveis até agora nunca conhecidos, criando o fenómeno de «mar morto» nas desembocaduras dos rios (20 Km² nas desembocaduras do Mississippi, na grande medida causado pela extensão do monocultivo de milho destinado ao etanol). A extensão destas

culturas acarreta uma destruição directa ou indirecta (pelo deslocamento de outras actividades agrícolas e de pastorícia) das florestas e selvas que são como poços de carbono pela sua capacidade de absorção.

O impacto dos agrocombustíveis sobre a crise alimentar foi comprovada. Não somente a sua produção entra em conflito com a produção de alimentos, no mundo onde, segundo a FAO, mais de mil milhões de pessoas passam fome, mas também foi um elemento importante da especulação sobre a produção alimentar dos anos 2007 e 2008. Um relatório do Banco Mundial afirma que em dois anos, 85% do aumento dos preços dos alimentos que levou mais de 100 milhões de pessoas por baixo da linha de pobreza (o que significa fome), foi influenciado pelo desenvolvimento da agroenergia.

Por esta razão, Jean Ziegler, durante seu mandato de Relator Especial das Nações Unidas pelo Direito à Alimentação qualificou os agrocombustíveis de «crime contra a humanidade» e seu sucessor, o belga Oliver De Schutter pediu uma moratória de 5 anos para a sua produção.

A extensão do monocultivo significa também a expulsão de muitos camponeses de suas terras. Na maioria dos casos, aquilo se realiza pela estafa ou pela violência. Nos países como a Colômbia e Indonésia, recorre-se às forças armadas e aos paramilitares, que não hesitam em massacrar aos defensores de suas terras. Milhares de comunidades autóctonas, na América latina, em África e na Ásia, são desprovidas de seu território ancestral. Dezenas de milhões de camponeses já foram deslocados, sobretudo no Sul, em função do desenvolvimento de um modo produtivo da produção agrícola e da concentração da propriedade da terra. O resultado de tudo isto é uma urbanização selvagem e uma pressão migratória tanto interna como internacional.

É necessário, igualmente, referir que o salário dos trabalhadores é bem baixo e as condições de trabalho geralmente infra-humanas por causa das exigências de produtividade. A saúde dos trabalhadores é também afectada gravemente. Durante a sessão do Tribunal Permanente e dos

Povos sobre as empresas multinacionais europeias na América latina, realizada em paralelo com a Cimeira europeia-latinoamericana, em Maio de 2008, em Lima, foram apresentados muitos casos de crianças com má formação, devido à utilização de produtos químicos na monocultura de banana, soja, cana de açúcar e de palmeiras.

Dizer que os agrocombustíveis são uma solução para o clima, está igualmente na moda. É verdade que a combustão dos motores emite menos carbono na atmosfera, mas quando se considera o ciclo completo da produção da transformação e da distribuição do produto, o balanço é mais atenuado. Em certos casos, se convertem-se em negativo em relação à energia fóssil.

Se os agrocombustíveis não são solução para o clima, se não são que de uma maneira marginal, para mitigar a crise energética, e se eles acarretam importantes consequências negativas, tanto sociais como de meio ambiente, temos o direito de perguntar-nos porquê eles têm tanta preferência. A razão é que a curto e médio prazo eles aumentaram de maneira considerável e rapidamente a taxa de ganancia do capital. É por isso que as empresas multinacionais de petróleo, de automóveis, da química e do agronegócio, interessam-se pelo sector. Eles têm como sócios o capital financeiro (George Soros, por exemplo), os empresários e os latifundistas locais, herdeiros da oligarquia rural. Então a função real da agroecologia é por efeito ajudar uma parte do capital a sair da crise e manter ou eventualmente

aumentar sua capacidade de acumulação. Por efeito, o processo agroecológico caracteriza-se por uma sobre-exploração do trabalho, a ignorância das externalidades, as transferências de fundos públicos para o privado, tudo aquilo permitindo lucros rápidos, mas também uma hegemonia das companhias multinacionais e uma nova forma de dependência do Sul em relação ao Norte, tudo aquilo apresentado com a imagem de benfeitores da humanidade, já que produzem «energia verde». No que concerne aos governos do Sul, eles vêem aú uma fonte de divisas úteis de manter, entre outros, o nível de consumo das classes privilegiadas.

Portanto, a solução é de reduzir o consumo, sobretudo do Norte e de investir em novas tecnologias (solar especialmente). A agroecologia não é um mal em sí e pode aportar soluções interessantes a nível local, na condição de respeitar a biodiversidade, a qualidade dos solos e da água, a soberania alimentar e a agricultura camponesa, quer dizer, o contrário da lógica do capital. No Equador, o presidente Correa teve coragem de deter a exploração do petróleo da reserva natural do Yasuni. Esperamos que os governos progressistas da América Latina, da África e da Ásia, tenham a mesma firmeza. Resistir no Norte como no Sul à pressão dos poderes económicos é um problema político e ético. Portanto, denunciar o escândalo dos agrocarburentes no Sul constitui um dever.

François Houtart

François Houtart - Ex-catedrático da niversidade Católica de Lovaina, fundador do Centro Tricontinental e autor do livro: "A Agroenergia - Solução para o clima ou saída de crise para o capital? Ruth Casa editorial e Edições Sociais, La Habana, 2009